

Revolução



PORTA-VOZ DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO — BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

ANO I / N.º 3 / 14 DE JUNHO DE 1974 / PREÇO 2\$50 / SEMANAL

EDITORIAL

Enquanto Galvão de Melo é recebido no Brasil fascista que todos conhecemos, a televisão é impedida de transmitir um programa e Saldanha Sanches é preso.

Temos assim que muitos «bufos» continuam à solta e o revolucionário entra na cadeia.

Dizemos, portanto, que a repressão continua. E continua porque ela é necessária para a defesa da classe que se mantém no poder — a burguesia. Foi reprimindo que o fascismo se conseguiu manter no poder durante longos anos. É reprimindo, sempre que necessário, que a burguesia pensa conservar o poder.

Derrubado o fascismo no dia 25 de Abril pelo movimento das Forças Armadas, foram as massas populares na rua que levaram mais longe o processo e que o consolidaram. O regresso ao fascismo tornou-se cada vez menos provável, em consequência da luta dos trabalhadores.

Mas temos que nos defender organizando-nos mais e melhor das formas de repressão que desde já existem no actual poder e de que são responsáveis a Junta e o Governo Provisório. Perigo tanto maior quanto o entusiasmo popular o pode iludir e esconder, impedindo que as pessoas vejam claro. E aqueles como nós que denunciam a repressão podem facilmente ser tomados por desmancha-prazeres, por pessimistas, que querem impedir a festa da queda do fascismo.

As contradições existem ao nível do novo poder e estão cada dia a tornar-se mais visíveis.

Os factos ocorridos durante a transmissão da televisão feita a partir do mercado de Abril, foram uma contribuição para tornar tudo mais claro porque entraram por todas as casas, por todos os cafés, por todo o sítio onde antigamente entrava a «verdade» fascista.

Dizem alguns dos partidos que estão no Governo Provisório que participam nele para defender a democracia. Estranho é que, como partidos, nem como ministros não tenham dito uma palavra sobre a prisão de Saldanha Sanches, não tenham dito uma palavra sobre o corte na televisão. Estão portanto a ser cúmplices. É como cúmplices que terão que ser tratados.

O perigo da repressão, o perigo do fascismo não vem de fora. Não apelem para o sentimento popular levantando fantasmas! O perigo do fascismo está dentro do novo poder. Quando se prende alguém por ser revolucionário e ser consequente está-se ou não a ser fascista? Quando se interrompe um programa porque não se concorda com ele, está-se ou não a ser fascista?

Esta repressão que existe desde já corresponde à defesa da burguesia. Esta resistirá com todas as suas forças contra a revolução, contra o socialismo. E a verdade é que os seus interesses são incompatíveis com os do proletariado. O movimento das Forças Armadas, os defensores da democracia, os homens progressistas para quem a política foi durante muito tempo pouco clara, e que ainda não entenderam a luta de classes, terão de perceber que há que escolher entre uma classe e outra e que não se podem defender as duas ao mesmo tempo. Porque enquanto houver burguesia há exploração, enquanto houver exploração há benefício para alguns e estes defende-os-ão até poderem.

Tem que se escolher a favor de quem é posta a democracia. Porque se ela é posta a favor da burguesia a liberdade só existirá enquanto as verdades declaradas não bulirem com o sistema. A imagem da liberdade é-nos sobretudo dada pela denúncia do passado — Governo fascista de Caetano, Pide, Legião.

Mas é raro que nos jornais diários ou na televisão se ponha em causa o presente. Pode-se falar do Tomás mas não se fala do actual Presidente da República, fala-se do antigo governo, mas não se fala do actual. Vai-se mais longe, e poupam-se todos os partidos que estão no Governo Provisório! Isto o que é senão continuar a respeitar as normas, não tocar no sagrado. Afinal a liberdade é para dizer que tudo quanto diz respeito ao poder está bem? Hoje como ontem. Estranha maneira de defender a democracia.

Só os que saem «fora das normas» tocam no poder constituído. Estes porque são revolucionários arriscam-se mais uma vez a ser vítimas da burguesia. Mas os trabalhadores estão atentos e observam; sabem que a democracia não é uma festa, mas um instrumento, vendo claramente de que lado estão os seus interesses.

OS TRABALHADORES DA TIMEX

DENUNCIAM OS REFORMISTAS NO PODER

Os operários da Timex mantêm-se firmes: a greve com ocupação das instalações continua. 2140 operários têm revelado uma verdadeira maturidade política: greve em Fevereiro para reivindicarem melhores salários e melhores condições de trabalho; após o 25 de Abril entram novamente em greve com exigência do saneamento de 6 indivíduos que tinham sido os aliados do patrão e do fascismo; mais tarde nova greve, sendo as principais reivindicações: 40 horas de trabalho semanal; salário mínimo de 6000\$00; 30 dias de férias pagas a 100% e abolição do trabalho a prémio.

Os operários da Timex estão lúcidos quanto à sua condição de explorados que em nada se alterou após o 25 de Abril. No regime de Marcelo Caetano, com o fascismo, e agora com membros do P.C.P. e sociais-democratas do P.S.P. no actual governo, a classe operária continua a ser explorada. Ao participarem neste governo, o P.C. e o P.S. tornam clara a sua traição à classe operária que dizem defender. O revolucionário, a organização revolucionária estará, em quaisquer condições, do lado da classe operária e demais explorados; os revolucionários não dão tréguas ao capitalismo. Todo o relatório que se segue foi-nos fornecido por um camarada da Timex, elemento da comissão dos trabalhadores e ex-militante do P.C.:

Não interessa continuar as conversações no Ministério do Trabalho

«A greve tem decorrido da melhor forma. A malta está mentalizada para levar isto até onde for preciso. A malta continua aqui de piquete sem problemas e no que diz respeito às negociações, até aqui têm decorrido no Ministério do Trabalho, mas a malta chegou à conclusão de que não interessa continuar as conversações no Ministério do Trabalho, na medida em que dentro do Ministério do Trabalho continuam os tais senhores de manga de alpaca, as tais pessoas de gravata e isso não serve. Eles arrastam uma

(continua na pág. 5)



Um Governo pode ser Provisório. Mas não só: terá também de ser forçosamente um Governo de classe. Qual classe? A atitude do Governo Provisório face à justa luta dos trabalhadores dos CTT é, a esse respeito, esclarecedora... (ler comunicado na pág. 1)

NESTE NÚMERO:

- Participação dos leitores (pág. 2)
- Libertemos Saldanha Sanches (pág. 3)
- “Diário de Notícias” — A imprensa na sociedade de classes (pág. 4)
- Cogestão — Autogestão (pág. 6)
- Trabalhadores em luta (págs. 5, 6, 7, 8 e 9)
- Colónias: Independência ou guerra (pág. 10)
- Amílcar Cabral: político, guerrilheiro (pág. 11)
- Guiné: 18 anos de luta (pág. 15)
- Uma televisão para um público ou um público para a televisão (pág. 16)

O PAIGC TERMINOU AS CONVERSÇÕES COM O GOVERNO PORTUGUÊS. (ler apelo na pág. 10)

Revolução

PARTICIPAR NA CAMPANHA DE DIFUSÃO DO "REVOLUÇÃO" É UMA TAREFA REVOLUCIONÁRIA

Pouco tempo após a saída do primeiro número de «Revolução», chegam-nos cartas dos mais diversos cantos do País. Cartas de apoio, cartas de adesão. Muitos não querem só assinar o jornal, mas querem-no divulgar, propõem-se criar grupos de agitação, grupos de discussão colectiva.

E nós afirmamos que é urgente que todos participem pelos mais diversos meios na campanha de divulgação do «Revolução». É urgente que todos divulguem o jornal nas fábricas, nos locais de trabalho, nos campos, nas escolas, nas Universidades. Mas não é suficiente divulgá-lo, é urgente que todos tenham a iniciativa de criar grupos de discussão, de análise, de crítica, de sugestões porque «Revolução» não é propriedade do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP) e das Brigadas Revolucionárias (BR).

No primeiro editorial afirmava-se que o jornal «Revolução» é o porta-voz da linha estratégica preconizada e defendida pelo PRP-BR «e ao mesmo tempo um instrumento para debate sobre problemas de ordem táctica que se colocam à classe operária em cada fase da luta. O nosso jornal será um dos meios de que o PRP dispõe para fazer chegar à classe operária e aos trabalhadores em geral as suas propostas políticas e orgânicas. «Revolução» será um propagandista das nossas opções estratégicas e táctica, será um agitador e um organizador.»

É isso mesmo. Mas para que tal aconteça é imprescindível que «Revolução» tenha a participação activa de todos.

Assim, caro camarada, caro leitor, não percas tempo. Contacta-nos já para que, em conjunto, possamos definir tarefas.

«Revolução» é o teu jornal.

PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES...

Hoje iniciamos a publicação de algumas cartas recebidas. Esta secção vai continuar. Porém, não podemos publicar toda a correspondência recebida.

Hoje apresentamos extractos de cinco cartas, às quais responderemos individualmente pelo correio normal.

ANTI-REVISIONISTA E PODER AOS SOVIETES

Camaradas:

Estando ideologicamente com todas as correntes que se afirmam do anti-reformismo, senti-me após o 25 de Abril, de certa maneira confuso com a pluralidade de partidos e organizações, reclamando-se do mesmo anti-reformismo. Se alguns não deixavam dúvidas quanto à linha seguida — caso dos maoístas e trotskistas e ou mesmo das correntes libertárias — outros eram desconhecidos (na sua linha ideológica, claro) o que aconteceu com o PRP. Sem pertencer colocar rótulos, fiquei na dúvida se o PRP alinhava nas correntes conhecidas do marxismo, dito anti-revisionista ou se tinha outra linha não incluída nessas correntes.

Após a leitura do «Manifesto ao Proletariado Português», da assistência aos comícios da Voz do Operário e do Coliseu, e da compra do 1.º número do jornal «Revolução», senti-me completamente identificado com o PRP, mas subsistindo algumas dúvidas. Para esclarecimento dessas mesmas dúvidas talvez se torne útil uma tentativa de definição das minhas ideias políticas: considero-me marxista, embora não me sinta incluído em nenhuma das correntes do marxismo «oficial», revisionismo, estali-

nismo, trotskismo ou maoísmo, sinto-me mais identificado com as ideias de Rosa Luxemburgo e, historicamente mais tarde, com Alexandra Kollontai e a sua Oposição Operária (1920-1921). No fundo sou adepto do poder dos Sovietes e contrário a qualquer ditadura burocrática de Partidos, mesmo que se digam vanguarda do proletariado.

Pelo que tenho lido acerca do PRP, penso que esse partido se aproxima (ou talvez se identifique) com a ideologia que escolhi. De qualquer modo, sinto aqui e agora, que o PRP é, sem dúvida, a organização, que mais se identifica com a minha maneira de pensar. (...)

NOVAS CENSURAS

Li no vosso 1.º número «REPRESSÃO... NA CONTINUIDADE» e a entrevista «UMA DAS PRIMEIRAS VÍTIMAS DA NOVA REPRESSÃO».

Pergunto: nenhum outro jornal terá sabido que o tal jovem de 14 anos foi espancado pela PSP? Os jornais souberam e não quiseram publicar? Quiseram mas não puderam? Era importante que se denunciasse e divulgasse o mais ampla e concretamente possível a existência das diferentes novas censuras que funcionam junto dos órgãos de informação. Poderá «Revolução» cumprir essa função?

Ouvi também dizer que as escutas telefónicas começaram, feitas a partir de certos quartéis... Será verdade?!... É difícil ter provas de factos como estes, mas conviria saber se se trata de simples boato. Por que será que tenho o pressentimento de que não?... (...)

DISPOSTO A LUTAR PELA DITADURA DO PROLETARIADO

É com imensa alegria que me dirijo ao jornal «Revolução», desejando ardentemente longa vida e que seja o verdadeiro porta-voz dos anseios de todos aqueles que lutam pela revolução da verdade e da justiça.

Não possuindo aptidões literárias suficientes para explicar com toda a clareza aquele ideal que me avassala não quero deixar de frisar a vontade de estar ao lado daqueles que lutam pela revolução.

Ainda que nascendo numa pequena burguesia, ligando-me a ela pelo sangue e pelos haveres, não estou contudo com ela, não, não estou; estou com a revolução estou com o povo disposto ao sacrifício supremo se necessário para a libertação desse Povo e a sua emancipação total até ao limite e ao fim que os verdadeiros revolucionários aspiram, a ditadura do proletariado. (...)

Vítima do fascismo, votado ao alheamento por meus pais, pela simples razão de defender a causa revolucionária, estou mais do que nunca predisposto à luta, contudo as ligações com elementos válidos em defesa da causa são nulos — por isso aqui estou escrevendo desejoso de conhecer por intermédio do «Revolução» aqueles elementos onde eu finalmente consiga ligações que me permitam ser um companheiro válido contribuindo para que a luta revolucionária seja uma realidade de todos que lutam por ela.

Companheiros tempos de aproveitar este momento e lutarmos pelo nosso ideal, nada nos pode ser indiferente e todas as formas de desbaratar o inimigo são boas desde que defendam os verdadeiros revolucionários. (...)

A CLASSE OPERÁRIA ESTÁ A ORGANIZAR-SE

Num comício do Barreiro, Álvaro Cunhal falou da crise de fins de Maio como algo de passado e ultrapassado

sobretudo por influência do PCP. Eram portanto «Cantigas de Maio»? Em Junho, S. Camões e os Santos Populares protegerão o PCP e a economia portuguesa? O povo português viu os seus problemas resolvidos? Ou conformou-se? Francamente!

Parece-me que «Revolução» tem posto correctamente estes problemas de greves, salários mínimos, etc. É importante que continue a repô-los constantemente, tendo presente as deformações que os reformistas têm feito — e continuarão com certeza a fazer — da realidade. A classe operária está a organizar-se para tomar o poder. Toma-lo-á.

AS B.R. E A ACCÇÃO NAS INSTALAÇÕES DA MARCONI

Camaradas!

A razão que me levou a escrever-vos entre outras foi a seguinte: que me pudessem esclarecer o que é o PRP — Partido Revolucionário do Proletariado. Eu comprei o vosso jornal em Sesimbra e confesso que fiquei espantado pelo que vi, vi um jornal que tinha (e tem) por título a «Revolução», em cima do balcão da tabacaria. Cerca de 20 pessoas estavam a comprar o jornal e claro como não podia deixar de ser comprei-o também. Depois de ter lido o jornal compreendi qual foi a razão que levou as pessoas a comprarem o «Revolução». Porque trazia numa das páginas o que tinham sido as Brigadas Revolucionárias que tinham posto as bombas nos Moinhos da Marconi em Sesimbra e Palmela.

Camaradas estou inteiramente de acordo e decidido a dar apoio ao PRP, como fazer propaganda (e tudo o que esteja ao meu alcance se nisso não virem inconveniente) e distribuição de panfletos, etc. Uma vez que não me conhecem aqui vai a minha identificação: Chamo-me....., tenho 18 anos, tenho a 4.ª classe, os meus pais são pescadores. (...)

CIC — COMITÉS PARA A INDEPENDÊNCIA IMEDIATA E INCONDICIONAL DAS COLÓNIAS

No número de «Revolução» diz-se na reportagem do Comício do Coliseu dos Recreios que os «CICS aderiram à Esquerda Revolucionária». Trata-se de um erro de redacção, pois os CIC foram criados no próprio processo de desenvolvimento da unidade da Esquerda Revolucionária. Neles militam militantes revolucionários de longa data. Os «CIC» são a organização unitária capaz de coordenar a acção anti-colonial das organizações revolucionárias. Os «CIC» devem multiplicar-se. Criemos CICS.

Do seu documento «50 anos de fascismo — 500 anos de colonialismo» transcrevemos:

«Unidade de acção de todas as organizações, de todos os militantes decididos a travar uma luta anti-colonial consequente, a lutar pela independência imediata e incondicional das colónias!

Todos, acabemos com os silêncios cúmplices. Denunciemos as manobras neo-colonialistas e imperialistas.

Todos, organizemos comités de apoio à luta dos povos das colónias, na fábrica e no campo, nos quartéis, nos bairros e nas escolas.

Todos, organizemos comícios e reuniões de esclarecimento. Levante-se a questão da guerra e do colonialismo em todas as reuniões de trabalhadores, nos jornais de fábrica, nas manifestações e nas greves.

Todos, organizemos a solidariedade activa e militante, construindo por sobre o sangue e a opressão a amizade entre o povo português e os povos africanos.

Todos, pela independência imediata e incondicional das colónias!
UM POVO QUE OPRIME OUTROS POVOS NÃO PODE SER UM POVO LIVRE.»

ESPERAMOS QUE A COMISSÃO NACIONAL DE SOCORRO AOS PRESOS POLÍTICOS SE PRONUNCIE

A C.N.S.P.P. teve durante os últimos anos do fascismo (desde fins de 1969), uma acção importante em defesa dos presos políticos. A ela se deve um inventário de todos os presos políticos, datas das suas prisões, tempo de cadeia, torturas sofridas. Foi ela que muitas vezes alertou a opinião pública nacional e internacional para a situação dos presos políticos portugueses.

Prestava ainda assistência médica e de advogados aos presos e prestava assistência monetária às suas famílias, sempre que lhe era possível.

O seu papel foi sobretudo importante pelo esforço de coordenação de toda a acção anti-repressiva e pelas denúncias públicas de todas as arbitrarie-

dades, que os fascistas faziam o possível por manter na sombra. Por outro lado, formada como era por pessoas de várias orientações nunca fez discriminações entre os presos das várias tendências.

Após o 25 de Abril esta comissão ocupou instalações da ANP e continua a existir. É estranho que desde o dia 8, dia da prisão de Saldanha Sanches, esta comissão nada tenha dito sobre este acontecimento. Será que a C.N.S.P.P. já não se ocupa dos presos políticos revolucionários? Será que não tem opinião neste caso? Será que está contra, ou será que é a favor desta prisão?

ESCLARECIMENTO

Aos nossos leitores pedimos desculpa pela saída tardia deste 3.º número de «Revolução».

Para esclarecimento total dos leitores, adiantamos que tal se deve unicamente à impossibilidade técnica de fazer a tiragem no prazo previsto. Tal impossibilidade técnica advém da sobrecarga de trabalho com que se debate a tipografia impressora, neste caso agravada pelo número excedente de páginas do jornal e pelos dois dias feriados da semana transacta.

Sabendo o acidente excepcional, e propondo-se a redacção de «Revolução» tudo fazer para evitar repetições sempre indesejáveis, esperamos do leitor a compreensão que as causas justificam.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Semestral	60\$00
Anual	120\$00

O pagamento deve ser feito no início da assinatura e enviado por cheque ou vale do correio para a nossa direcção provisória. Os pagamentos directos podem efectuar-se também na direcção provisória das 18 às 20 horas.



DIRECTOR INTERINO: Isabel do Carmo
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Rua Gil Vicente, lote A, r/c. — PAREDE
Telefone: 2475051 das 18 às 20 horas

Impressão e Composição:

Mirandela & C.ª — Rua Victor Cordon, 27-1.º — Lisboa

Distribuição

Distribuidora "O Século"

Rua de "O Século" 41 a 63 — Lisboa

LIBERTEMOS SALDANHA SANCHES



Foto de um cartaz sobre um dos julgamentos de Saldanha Sanches, encontrado no museu da Escola Técnica da PIDE, em Sete-Rios

QUEM É SALDANHA SANCHES

Saldanha Sanches conta-se entre os resistentes ao fascismo a que prestamos homenagem. De novo, resistindo ao poder estabelecido, continuamos a prestar-lhe homenagem.

José Luis Saldanha Sanches foi preso pela primeira vez em Julho de 1964. Era então membro do Partido Comunista e contava 19 anos. Durante uma distribuição de panfletos, próximo da rua de Santa Marta, foi surpreendido por um agente da PIDE que o tentou deter. Saldanha Sanches respondeu agredindo o agente, o qual o atingiu com duas balas, conseguindo prendê-lo. Internado num hospital e julgado cumpriu nessa altura um ano de prisão. O seu comportamento perante a policia foi exemplar e, imediatamente após a sua saída da prisão, voltou à luta, de forma combativa.

Alguns meses depois é de novo preso, ainda como membro do Partido Comunista. Mais uma vez teve um comportamento exemplar e foi condenado a 3 anos e medidas de segurança. Na realidade esteve preso 6 anos em Peniche, tendo sido libertado em 1971. Foi durante este período de prisão que Saldanha Sanches cortou com o Partido Comunista por ter discordâncias tanto em relação aos objectivos, como aos métodos utilizados, dentro e fora da prisão. Passou então uma época de grande isolamento dentro da prisão, tendo resistido psicológica e politicamente a uma situação que passou a ser muito difícil.

Saído da prisão passou a militar com uma orientação diferente da do PC e em 1973 é de novo preso por duas vezes, a última das quais em Novembro. Foi libertado pelas Forças Armadas em 25 de Abril, quando aguardava julgamento por acusação de pertencer à direcção do MRPP. Libertado em 25 de Abril é de novo preso em 8 de Junho, pelo mesmo movimento!

E porque é preso Saldanha Sanches? Porque a burguesia, que continua intacta, e os seus representantes na Junta e no Governo Provisório,

mostram as suas contradições, e acabam por prender um revolucionário, visto que não podem prender todos os revolucionários, todos os trabalhadores em luta.

Conhecemos de antemão os argumentos, que se transformam em boatos, no sentido de explicar esta prisão através de provas misteriosas e equívocas. Sabemos também que estas provas, contruídas a partir de todos os factos que se conseguem encontrar, embora nada tendo a ver com Saldanha Sanches, se podem transformar em culpa se isso for achado conveniente.

Desde já desmascaramos tais falsidades.

Embora discordemos do MRPP, na sua estratégia e na sua actuação, porque não põe desde já o problema da revolução socialista e porque desconhece aspectos tácticos importantes, a nossa solidariedade não se altera por isso.

Saldanha Sanches teve desde sempre a coragem de enfrentar posições de isolamento, se necessário, de defender até ao fim a sua orientação. Foi revolucionário na prática, não só organizando, mas fazendo ele próprio agitação e propaganda na rua, no tempo em que o fascismo e as suas policias batiam duro. Ele foi anti-fascista dos de antes do 25 de Abril! E sempre que caiu na policia teve o comportamento que é o único admissível para um revolucionário — não fez declarações.

A nossa solidariedade não se discute. Estaremos com este e com todos os revolucionários vítimas da burguesia. Não pela pessoa em si, não pelo seu movimento, mas pela defesa intransigente dos trabalhadores, pela defesa do proletariado contra a burguesia.

COMUNICADO DO PRP À IMPRENSA

DEFENDER A LIBERDADE DE SALDANHA SANCHES É DEFENDER A LIBERDADE DOS TRABALHADORES, DOS REVOLUCIONÁRIOS.

Face à prisão de Saldanha Sanches,

revolucionário várias vezes preso e torturado pela famigerada PIDE/DGS, director interino do jornal «Luta Popular», prisão essa levada a cabo pelas Forças Armadas em condições rocambolescas sem que até agora tivesse sido precisado o motivo da sua detenção, o Partido Revolucionário do Proletariado - Brigadas Revolucionárias considera que:

1 - Estamos perante um grave atentado contra as tão proclamadas liberdades democráticas de que o Movimento das Forças Armadas, a Junta de Salvação Nacional e o Governo Provisório se têm declarado defensores intransigentes.

2 - A cumplicidade de alguns órgãos de informação, controlados pelo Governo, silenciando este grave acontecimento, é bem esclarecedora das manobras anti-democráticas que se processam a nível dos bastidores do poder no sentido de criar bodes expiatórios (à velha maneira fascista) para camuflar a grave crise em que se debate o regime e a burguesia.

3 - A prisão de Saldanha Sanches, e independentemente da posição que qualquer organização possa assumir face aos métodos e objectivos de luta proclamados por «Luta Popular» e pela organização política de que e porta-voz (M.R.P.P.), não poderá deixar nenhuma organização indiferente. A posição que, na prática, cada organização assumir (o silêncio é uma posição de cumplicidade) é um critério para, em definitivo, avaliar da veracidade com que cada organização se diz defensora das liberdades democráticas.

4 - O Partido Revolucionário do Proletariado - Brigadas Revolucionárias que sempre se distinguiu, na sua prática e nos seus objectivos, do M.R.P.P., não se sente com isso inibido de proclamar a sua solidariedade total e incondicional para com este revolucionário. Nesse sentido tudo fará para que Saldanha Sanches seja imediatamente restituído à liberdade e denunciados os autores e cúmplices deste atentado.

5 - O P.R.P. - B.R. apela à acção comum de todas as organizações revolucionárias e de todos os trabalhadores no sentido da libertação imediata de Saldanha Sanches.

DENUNCIEMOS A REPRESSÃO BURGUESA POR TODOS OS MEIOS!

DEFENDER A LIBERDADE DE SALDANHA SANCHES É DEFENDER A LIBERDADE DOS TRABALHADORES, DOS REVOLUCIONÁRIOS!

Lisboa, 8 de Junho de 1974.

**Partido Revolucionário do Proletariado
Brigadas Revolucionárias**

MANIFESTAÇÃO CONTRA A PRISÃO DE SALDANHA SANCHES

Quarta-feira, dia 12, as organizações que se reúnem sob a designação unitária de Esquerda Revolucionária, levaram a cabo mais uma manifestação. O motivo desta foi o protesto contra a prisão de Saldanha Sanches. Apelaram para a manifestação com comunicados próprios, as seguintes organizações: LCI, (Liga Comunista Internacionalista), LUAR (Liga de

Unidade Armada Revolucionária), CBS (Comissões de Base Socialistas), CIC (Comité para a Independência Imediata e Incondicional das Colónias) e PRP-BR (Partido Revolucionário do Proletariado - Brigadas Revolucionárias). Os GAPS (Grupo Autónomo do Partido Socialista) apelou também para a manifestação, embora não tivesse participado na sua preparação.

As aderentes de todas estas organizações, assim como outros manifestantes concentraram-se no Rossio às 18 e 30. À cabeça da manifestação seguiam bandeiras de todas as organizações e ao longo do cortejo os manifestantes empunhavam bandeiras e dísticos onde se liam «Liberdade Imediata de Saldanha Sanches», «Viva a Revolução Socialista», «Abaixo a Exploração Capitalista», «Independência Imediata para as Colónias».

Depois de uma volta ao Rossio, a manifestação composta de cerca de 5000 pessoas, percorreu a rua do Ouro, Terreiro do Paço, Rua do Arsenal, Cais do Sodré, Rua do Alecrim e Largo de Camões. Aqui realizou-se um comício onde falaram representantes das seguintes organizações: CBS, LCI, LUAR, PRP-BR. Todas as organizações protestaram contra as formas que a repressão tem assumido ultimamente, particularmente as relacionadas com os meios de informação e com a prisão de Saldanha Sanches e todas consideraram que se trata de uma repressão da burguesia contra a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Estavam presentes os pais de Saldanha Sanches, tendo falado a mãe deste militante revolucionário. As suas palavras são reproduzidas por nós na íntegra.

Realizando esta manifestação as organizações que a promoveram promoveram mais uma vez a sua unidade

à volta de plataformas de acção e mostraram publicamente que perante actos arbitrários de inspiração fascista não se pode guardar silêncio, ou dizer apenas palavras de boas intenções. Têm de se mostrar actos.

NÃO HÁ NEUTROS — QUEM NÃO FOR CONTRA É A FAVOR

Várias organizações se manifestaram contra a prisão de José Luis Saldanha Sanches. Consta também que a decisão passou pelo Governo Provisório, onde teve três votos contra. Terá o público direito a saber quais são? Ou o interesse de prestígio de alguns partidos não permite que se saiba?

Guardar silêncio é ser cúmplice, quem não for contra é a favor.

A MÃE DE SALDANHA SANCHES FALA À MANIFESTAÇÃO

No Comício feito no Largo de Camões no dia 12 de Junho, após a manifestação da Esquerda Revolucionária, a mãe de Saldanha Sanches falou à multidão. E disse:

«Meus amigos: permitam que vos trate assim porque assim os considero. Estou aqui apenas como mãe, que muito vos agradeço esta prova de solidariedade. O meu filho tem sido sempre um militante de rija ténpera e do qual me orgulho. Mais uma vez a sua coragem de exprimir o seu pensamento o levou à prisão. Nada nem ninguém o fará desistir de lutar até ao limite máximo das suas forças pela causa justa do povo, a qual sempre tem defendido com coragem e dignidade. Por mais que os seus inimigos tentem caluniá-lo não conseguem, pois o seu passado glorioso fala por ele.

Obrigada a todos vós e viva a justa causa do povo português.»



“DIÁRIO DE NOTÍCIAS” — A IMPRENSA NA SOCIEDADE DE CLASSES

A publicação no «Diário de Notícias» de um comunicado dos seus trabalhadores em luta, veio alertar a opinião pública em geral e todos os trabalhadores para o que se tem vindo a passar dentro desta empresa.

Desde há longos anos que os trabalhadores da Empresa Nacional de Publicidade (proprietária do «Diário de Notícias» e do «Anuário Comercial») têm vindo a lutar de forma exemplar pelos seus direitos.

OS TIPÓGRAFOS EM LUTA

Na tipografia, nestes últimos anos, tem havido lutas constantes, algumas delas atingindo momentos de extrema dureza, com a ocupação das instalações da tipografia pela PIDE num assalto em que ambas as entradas dando para a rua foram vedadas, e com constantes ameaças ao pessoal que trabalhava. Não é por acaso que sempre foram os tipógrafos os trabalhadores que mais se distinguiram, e desde mais cedo, na luta. Pela sua posição dentro da empresa eles podem influir de um modo decisivo na saída do jornal. Por isso e porque sempre souberam, unidos, conduzir a luta, os trabalhadores da tipografia têm obtido grandes vitórias, e em relação a eles o patronato aqui recuava já no tempo do fascismo.

A luta nos outros sectores não redactoriais (empregados, serviços, etc.) começou portanto depois do desencadear dessas lutas nos sectores tipográficos, e de certo modo influenciada pela forma como elas iam decorrendo.

Foi assim que se formou uma Comissão de Trabalhadores da Empresa Nacional de Publicidade no sentido de se procurar resolver uma série de problemas que existiam. Entre estes contava-se a forma arbitrária como o Conselho de Administração vinha procedendo desde há cerca de um ano a aumentos de salários: mensalmente meia dúzia de pessoas (empregados da Administração e Revisores) eram «revalorizadas» segundo o pensar do dito Conselho de Administração. Esta atitude inseria-se num programa do C. de Administração no sentido de dividir os trabalhadores, de os sectorizar o mais possível. Os trabalhadores foram gradualmente tomando consciência desta manobra até ao momento em que decidiram passar à acção: formou-se pois uma Comissão de Trabalhadores. Pretendíamos que tais manobras acabassem, e o mais depressa possível, e apresentou-se assim um certo número de reivindicações no sentido de fazer banir de uma vez por todas esse procedimento demagógico que dividia cada vez mais as pessoas aqui dentro.

MANOBRAS DA ADMINISTRAÇÃO

Para além deste pano de fundo, passava-se (e passa-se ainda neste momento) um facto que pretendíamos ver terminado também: nas diversas categorias de pessoal da empresa existem 9, 10, 11 tipos de vencimentos diferentes em cada categoria. A empresa tem agido assim perante um Contrato Colectivo de Trabalho obsoleto, dado que podia apoiar-se nos sindicatos, nas mãos de direcções fascistas (caso do Sin-

dicato dos Empregados de Administração e Revisores de Imprensa) ou de Comissões Administrativas nomeadas pelo Ministério das Corporações para substituir Direcções eleitas pelos trabalhadores no seu interesse (caso do Sindicato dos Tipógrafos — Artes Gráficas). Pretendíamos também um aumento de vencimentos de forma a compensar aqueles trabalhadores que desde há 3, 4 ou 5 anos não tinham sido aumentados.

Iniciaram-se assim diligências junto do Conselho de Administração no sentido de que fosse dada satisfação a estas reivindicações dos trabalhadores. O Conselho de Administração (Ulisses Cortês, Esteves da Fonseca, etc.) tentou habilmente desarmar os trabalhadores propondo soluções de compromisso, em que os verdadeiros problemas eram escamoteados, mas quando enfim se apercebeu que pretendíamos atacar estes problemas de um modo global disse pura e simplesmente não. O facto de poucos dias depois desta primeira fase do conflito ter sido o 25 de Abril permitiu aos trabalhadores o prosseguimento da sua luta em novos moldes, e ajuda a compreender que a nossa primeira reivindicação tenha sido o saneamento.

DEPOIS DO 25 DE ABRIL

Logo a seguir ao 25 de Abril (no dia 26 ou 27) realizou-se uma Assembleia Geral de todos os trabalhadores desta empresa e da outra associada (Anuário Comercial) com a presença da esmagadora maioria dos trabalhadores. Esta Assembleia pedia a destituição do Conselho de Administração e de vários chefes (Serviço Administrativo e Serviços Técnicos, etc.). O saneamento da empresa está longe de ter sido totalmente efectuado. Os trabalhadores do «Diário de Notícias» só depois disso irão para outras reivindicações, mas um caderno reivindicativo está a ser elaborado. Alguns dos pontos deste caderno, ainda não apresentados, dizem respeito ao direito a um mês de férias remuneradas, à situação da mulher trabalhadora (na gravidez, etc.), aos salários (salário mínimo ainda não decidido mas pretendemos salário igual para trabalho igual), à existência de comissões de trabalhadores para verificar as condições de trabalho e higiene na empresa, à formação de uma comissão fiscalizadora, espécie de comissão de sindicância dos trabalhadores às actividades do Conselho de Administração. Não nos interessa nada neste momento entrar numa fase de cogestão nem de participação nos lucros, queremos sim ter alguém que represente os trabalhadores no Conselho Fiscal da empresa para saber exactamente qual é a sua situação económica e exercer uma acção fiscalizadora no futuro.

Como se organizaram os trabalhadores e como temos conduzido a luta?

COMISSÕES DE TRABALHADORES

Desde as primeiras Assembleias foram eleitas comissões o mais representativas possível dos trabalhadores. Em primeiro lugar elegeram-se comissões representativas de toda a empresa, por sectores de actividade. Os elementos de todas as comissões representativas de todos os sectores desta

empresa e da outra associada (cerca de 50) elegeram num segundo tempo uma comissão coordenadora de 9 pessoas. Estes elementos das comissões representativas por sectores tinham plenos poderes para eleger a comissão coordenadora, poderes esses dados pela massa trabalhadora reunida em Assembleia Magna. Mas apesar de se ter eleito uma comissão coordenadora as outras comissões não se dissolveram, mantendo-se antes em actividade. A assembleia dos trabalhadores é soberana. As comissões representativas executam o que a assembleia decide e a comissão coordenadora coordena a actividade de todas as comissões representativas por sector e por turno. Isto é importante porque há sectores, como a tipografia por exemplo, que têm períodos de laboração que atingem as 24 horas do dia, e como as pessoas dos vários turnos estão pouco em contacto há comissões representativas de turnos dentro dos sectores também. E como se faz o «contrôle» destas comissões?

Nas questões executivas (tarefas, secretariado) o «contrôle» da comissão coordenadora é feito pelas comissões representativas. Em questões importantes que implicam deliberações importantes o «contrôle» é feito pela própria assembleia. A assembleia funciona como deliberador e como fiscalizador. A assembleia dá sempre às comissões um prazo para a execução das coisas, e depois evidentemente cada sector, cada comissão representativa ou a comissão coordenadora encarregados de uma determinada tarefa tem que apresentar contas da maneira como essa tarefa foi executada à assembleia, que sanciona ou não essa actividade.

Há uma fiscalização permanente por parte da assembleia em relação às comissões representativas e em relação à comissão coordenadora. As negociações são normalmente conduzidas pela comissão representativa. Simplesmente tudo o que diz respeito às reivindicações é primeiro aprovado pela assembleia dos trabalhadores. E as comissões precisam sempre de consultar a assembleia para saber se podem ou não aceitar as condições que lhes são propostas durante as negociações. Quer no que diz respeito à luta que foi recentemente travada pelo saneamento ideológico e político, quer no que diz respeito à luta que foi travada já no período anterior ao 25 de Abril procedeu-se sempre assim, por consultas sucessivas às pessoas, e as comissões representativas nunca se sentiram obrigadas a aceitar qualquer contra-proposta do patronato sem primeiro a dar a conhecer à massa trabalhadora.

CONTROLAR O CONTEÚDO DO JORNAL

Todo o processo de saneamento por que temos lutado desde o 25 de Abril é o primeiro passo para que os trabalhadores todos possam intervir no próprio conteúdo do jornal que afinal fazem. Os trabalhadores querem ter uma acção fiscalizadora sobre a actividade da Redacção do jornal. Essa actividade é ao mais alto nível. É quando as notícias são elaboradas que se está a destilar junto do público a ideologia do jornal. E os trabalhadores querem ter intervenção nisso, querem ser ouvidos, querem controlar o jornal, não num sentido partidário (uma

parte do capital é do Estado) mas no sentido de que as notícias sejam dadas com objectividade e de que não sejam deturpadas como tem acontecido até aqui.

Desde o 25 de Abril os trabalhadores têm tentado com alguns piquetes de vigilância na tipografia e na revisão (pois são estes os trabalhadores que estão mais em contacto com o conteúdo do jornal) exercer um «contrôle» sobre esse conteúdo. Isto fez-se até agora, sobretudo nos casos que saltam mais à vista. Os trabalhadores têm tomado algumas atitudes como fazer desaparecer textos ou corrigir notícias.

O CASO DO JORNAL «O DEBATE»

Em dois casos este «contrôle» assumiu formas mais evidentes. Um deles é o do jornal «O Debate», jornal profundamente reaccionário que era laborado na tipografia do «Diário de Notícias». Na sua segunda edição após o dia 25 de Abril (no início de Maio), este jornal incluía uma notícia em termos ofensivos para a dignidade das pessoas. Os tipógrafos tomaram a iniciativa de se oporem pura e simplesmente a que o jornal saísse com aquela notícia. E de facto o jornal não saiu. A Administração do «Diário de Notícias» publicou depois uma notícia no próprio «Diário de Notícias» explicando por que razão «O Debate» tinha sido suspenso, e mais tarde uma outra notícia com uma explicação fornecida pela redacção do jornal «O Debate» em que se tentava fazer crer que a suspensão do jornal se devia à falta de papel. Não foi de modo nenhum pela falta de papel, mas sim por causa do conteúdo do jornal em questão.

O segundo caso é o que deu origem ao aparecimento do comunicado na primeira página do «Diário de Notícias» na semana passada.

Na sequência do processo reivindicativo para obter o saneamento dentro da empresa foi elaborado e aprovado pela assembleia um relatório e requerimento de saneamento destinado a ser entregue no Ministério do Trabalho e no Ministério da Comunicação Social. A assembleia decidiu que no dia imediato ao da entrega do requerimento nos Ministérios ele fosse publicado na primeira página do jornal.

A PUBLICAÇÃO DO COMUNICADO NA PRIMEIRA PÁGINA

Após a entrega do relatório-requerimento nos Ministérios foi dito à comissão que para isso se tinha deslocado ao Ministério da Comunicação Social, pelo senhor Manuel Serra, que iria dar conhecimento ao Ministro (senhor Raul Rego) do facto, mas que este estava ausente e que provavelmente só tomaria contacto com o documento no dia seguinte. E por isso pedia à comissão um prazo de 24 horas antes de se fazer a eventual publicação no jornal.

Os trabalhadores da comissão voltaram ao «Diário de Notícias» e reuniram o máximo de trabalhadores presentes na altura (em maioria operários da tipografia) para exporem o que se passava. Os trabalhadores não decidiram nada — sentiram-se na obrigação de não ir contra o que tinha sido estabelecido em assembleia magna. O Chefe da Redacção João

Coito quis apenas receber em seguida os membros da comissão, e em conversa com eles quis forçá-los a decidirem a não publicação do requerimento-relatório na primeira página; mas a comissão respondeu que não tinha poderes para isso pois era simples executante do que a assembleia tinha decidido. Dirigindo-se em seguida à massa trabalhadora presente na empresa àquela hora, numa manobra para tentar responsabilizar e isolar os elementos da comissão perante todos os trabalhadores, João Coito não foi bem sucedido. Os trabalhadores presentes responderam que não tinham poderes para anular uma decisão tomada em assembleia magna dos trabalhadores. As tratativas que depois se seguiram durante a noite com a chefia e a sub-chefia da Redacção foram conduzidas pelos trabalhadores presentes. A Chefia da Redacção e a Redacção lançaram mão de todos os meios para tentarem vencer a combatividade dos trabalhadores, a essa hora sobretudo tipógrafos do 2.º e do 3.º turnos: apelos à camaradagem, apelos sentimentais às pessoas que iam para a rua, ameaças e por fim apelo às forças de polícia (PM e PSP), tudo foi utilizado. Mas os tipógrafos, que assim puderam ver os elementos que os trabalhadores pretendiam sanear a reagem e a mostrarem a sua verdadeira face até à última cartada (o apelo à polícia), ficaram definitivamente esclarecidos, e a partir daí reforçou-se ainda mais a unidade de todos os trabalhadores presentes.

PIQUETES DE TRABALHADORES E APELO À POLÍCIA

Houve uma altura em que a Redacção procurou não entregar à tipografia material que já estava redigido e que fazia falta para a elaboração do jornal, tentando assim boicotar a saída deste. Organizámos piquetes nas portas de entrada para não deixar sair ninguém até que esse material fosse restituído. Foi aliás com esse pretexto que a polícia foi chamada — eles alegavam que estavam sob coacção. Mas também isso falhou pois quando a polícia chegou o material já tinha sido devolvido e as portas estavam abertas. Nem por isso os PM deixaram de ocupar a tipografia. Eles andavam na tipografia e não sabiam que estavam a assistir à composição do jornal. Este acabou mesmo por sair com o requerimento-relatório na primeira página. Durante a noite os polícias ameaçaram concretamente os trabalhadores de que tinham de evacuar o jornal até às 8 e meia da manhã, pois em caso contrário viriam forças para o fechar. Em resposta a isto os tipógrafos que deviam sair às 3 ou 4 da manhã decidiram permanecer todos, sem excepção, nos locais até às 8 horas, hora da chegada dos camaradas do turno do dia, tendo nessa altura estes continuado a ocupação das instalações. E a ocupação continuou, rendendo-se os turnos durante esse dia. Os trabalhadores estavam dispostos a responder com a força à violência que eventualmente fosse exercida sobre eles, e não estavam dispostos a abandonar o jornal com duas cantigas. Se não tivessem adoptado esta atitude de ocupação dos locais, a esta hora provavelmente o

(continua na pág. 5)

“DIÁRIO DE NOTÍCIAS”

(continuação da pág. 4)

jornal estaria fechado, e ainda por cima o comunicado não teria saído no «Diário de Notícias».

REACÇÃO NO MINISTÉRIO

No dia seguinte no Ministério da Comunicação Social informaram que a publicação do jornal ficava suspensa. Os trabalhadores responderam que os camaradas dos sectores de serviços, revisão e outros iriam ajudar os colegas da tipografia a fazer o jornal, se a Redacção, intimidada pela decisão ministerial, tomasse a decisão de não trabalhar. Ter-se-á pensado duas vezes no Ministério antes de manter a decisão de suspensão do jornal, pois os trabalhadores estavam decididos a fazê-lo sair e só pela força os poderiam impedir de o fazer. Além do mais, se a suspensão tivesse sido mantido, não sabemos até que ponto os outros jornais teriam ou não saído, pois os trabalhadores da imprensa diária estavam ao corrente da evolução da nossa luta e apoiavam-nos. O mesmo acontecia com os trabalhadores da rádio. Enfim a suspensão foi levantada, mas a comissão já tinha reunido um plenário no terraço do edifício do «Diário de Notícias» em que

os trabalhadores tinham afirmado unanimemente a sua decisão de fazer sair o jornal contra a suspensão decretada pelo Governo Provisório.

CONTINUA A LUTA

Foram dadas todas as garantias aos trabalhadores de que num prazo de 15 dias (até ao dia 21) o saneamento será feito, sendo nomeados um novo Director, um Chefe de Redacção e um Redactor-Adjunto. Os trabalhadores obtiveram que as nomeações lhes sejam comunicadas com antecedência para que possam pronunciar-se sobre elas.

Entretanto continuam os trabalhos de elaboração do caderno reivindicativo. Tanto no que diz respeito ao saneamento como no que respeita às reivindicações que brevemente apresentarão, os trabalhadores do «Diário de Notícias» estão dispostos a obter satisfação. A maneira correcta como têm até aqui conduzido a sua luta, o facto de que na prática se têm oposto a dirigismos, a manobras tendentes a dividi-los ou controlá-los, o facto de terem conseguido até aqui estar na luta de um modo que efectivamente defende os seus interesses de classe, permite prever que a luta continuará a ser vitoriosa para os trabalhadores do «Diário de Notícias».

Revolução SOGANTAL UM PROCESSO DE AUTOGESTÃO?

Na fábrica Sogantal — Sociedade Industrial de Luvas — Têxteis do Montijo, S.A.R.L., de capitais franceses, há duas semanas que todas as operárias num total de 50, encontram-se em greve com a ocupação constante das instalações.

O capital estrangeiro instalou-se em Portugal, País de mão-de-obra barata e «bem ordenada». A partir do dia 25 foram «restituídas as liberdades democráticas ao povo» — segundo dizem — e a classe operária tem tentado aproveitar-se dessas mesmas «liberdades democráticas» para as utilizar, para as reforçar e conquistar novas posições.

Na Sogantal onde o lucro patronal era fácil, onde se trabalhava 9 horas diárias, onde o salário máximo era de 1600\$00 mensais, as operárias conscientes da sua condição de super-exploradas decidiram entrar em greve

devido à Administração não ter satisfeito as suas justas reivindicações e, mais tarde, terem decidido encerrar as instalações em Portugal.

São as próprias camaradas da Sogantal que nos relatam como e porque têm decorrido a luta:

«No dia 29 de Maio apresentamos um caderno reivindicativo à entidade patronal e esse caderno não foi aceite. Imediatamente baixámos a produção.

Entretanto a entidade patronal apresenta uma contra-proposta em que nos dava os 3300\$00 mensais estabelecidos pela lei, três semanas de férias (anteriormente já tínhamos duas), e nós tínhamos exigido um aumento salarial de 1250\$00 mensais, um mês de férias, um mês de subsídio, 13.º mês e prémios a 100%. Eles não aceitaram.

Depois não nos pagaram a quinzena de 15 a 31 de Maio e soubemos que a fábrica ia fechar e, imediatamente ocupámos todas as instalações. Está um papel na porta onde se lê que temos 2 meses de trabalho e o último dia de trabalho é o 30 de Julho. Estamos dispostas a lutar até ao fim e sabemos que na delegação do Ministério do Trabalho em Setúbal já estão os processos das indemnizações, mas entretanto demos um prazo até ao dia 12 ao meio-dia para nos pagarem a referida quinzena, caso contrário, **vamos vender os fatos.**

Temos uma comissão de 5 operárias eleitas numa Assembleia de todas as operárias. Quando a comissão vai ao sindicato — pertencemos ao sindicato das costureiras de Lisboa — só tem funções consultivas. **As resoluções são tomadas por todas as trabalhadoras, não fazemos nada sem a opinião de todas.**

No escritório trabalha o Director que é francês e o senhor Guilherme que é o Director português. Este não está connosco. Tenta zelar pelos interesses do patrão, assim como nós zelamos pelos nossos.

A fábrica comunicou para os jornais que tinha tido 400 contos de lucro, mas isso multiplicado por 5 é que dá a conta certa, porque há sempre aquelas facturas clandestinas de que nós não temos conhecimento e até eles, ao fim e ao cabo, são capazes de nem saberem ao certo quantas foram as clandestinas. Era isso que nós gostaríamos de saber, gostaríamos de ter alguém que estivesse connosco a defender esse problema para saber o que produzimos e os lucros que damos.

Perante tudo isto, temos duas hipóteses para resolver o nosso problema:

1.º — Como já recebemos o trabalho talhado de França aqui é só confeccionar. Assim, podemos pedir dinheiro ao Fundo de Desemprego para comprar as máquinas de talhar.

2.º — Se a primeira hipótese não tiver sucesso, tentaremos encontrar uma fábrica que nos envie os tecidos já talhados para confeccionarmos na nossa fábrica.

Aqui dentro da fábrica existe um grande «stock» de material. Temos dezenas de sacos com material terminado e em cada saco está o valor de 9000\$00. Se conseguíssemos vender todo este material dava perfeitamente para pagar todas as indemnizações, no caso da fábrica encerrar, mas nós não queremos isto e preferimos com esse dinheiro garantir que a fábrica continue a funcionar, mas à nossa maneira. E, sentimo-nos com

capacidade de continuar com a fábrica, não temos necessidade da administração. Só necessitamos de pessoas com mais conhecimentos do que nós, mas que estejam sempre do nosso lado.

Temos ideias de falar com os Sindicatos dos futebolistas para ver se conseguimos compradores e, se não for possível porque são muitos fatos, podemos tentar a exportação porque só em Portugal é impossível o seu consumo pois, confeccionamos 800 fatos por dia.

Para todas nós esta é a primeira greve.

Convém ainda referir que ocupamos constantemente a fábrica para que o patrão não possa retirar o «stock» de material cá existente. Mas é curioso que os indivíduos da Gerência também cá ficam. Dizem eles que se nós duvidamos que eles possam retirar alguma coisa, eles também duvidam de nós, mas a nós não nos interessa roubar **aquilo que foi produzido por nós, aquilo que é nosso.**

Quando iniciámos a greve havia muita gente que não compreendia a nossa luta, mas desde que fizemos propaganda as pessoas apoiaram-nos.

A CDE de Montijo primeiramente disse-nos para não fazermos greve porque o País precisava do nosso trabalho, mas depois deram-nos apoio.

Estamos dispostas a lutar até ao fim porque as nossas reivindicações são justas e sem dinheiro não podemos comer e sem comer não podemos trabalhar.»



OS TRABALHADORES DA TIMEX DENUNCIAM OS REFORMISTAS NO PODER

(continuação da pág. 1)

situação que não nos interessa. Aliás, eles tinham marcado uma data que em princípio seria no dia 14 deste mês e nós não estivemos de acordo com este prazo e agora estamos a verificar que ao fim e ao cabo a coisa está a ir conforme eles queriam. Porquê? Isso não sei, eles queriam encetar conversações com a comissão dos trabalhadores a partir do dia 14, mas não sabemos porquê. Nós não estivemos de acordo e encetámos imediatamente essas conversações. Simplesmente não têm dado o fruto que nós desejávamos, na medida em que os pontos que consideramos essenciais que são as 40 horas (já praticamos esse horário apesar de não estar reconhecido pela administração), mas queremos que a coisa seja oficializada e exigimos a abolição do prémio de produtividade. A exigência do horário das 40 horas e da abolição do prémio de produtividade trazem consequências que são importantes. As pessoas à primeira vista podem pensar que estas reivindicações são insignificantes em comparação com os aumentos de salários, mas consideramo-los de grande importância na medida em que, com a abolição do prémio, nós vamos conseguir fazer muitas coisas cá dentro, vamos obrigar os operários a tomarem a responsabilidade dos seus actos, têm de participar activamente na resolução dos seus problemas porque o acabar com o prémio é acabar com uma quantidade de vícios que só servem o capitalismo. As pessoas acabando com o prémio imediatamente exigirão um ordenado justo. Havia mulheres que, para usufruírem de mais algum dinheiro, não iam à casa de banho, não iam ao pequeno almoço, não faziam uma série de coisas para conseguirem mais umas migalhas ao fim do mês. E, além disso, cria um clima de

conflito entre os trabalhadores e nós podemos terminar com todas essas coisas. Em resumo: **O capitalismo é que vinha portanto a ganhar com a imposição de tal prémio de produtividade e estou convencido de que a intransigência deles em não quererem terminar com o prémio é porque vêem que isso vai trazer modificações até na maneira de proceder das pessoas cá dentro.** De qualquer forma, nós estamos intransigentes e temos que acabar com o prémio e temos que acabar com o horário das 42 horas e meia.

Nesta fábrica há uma série de sindicatos: metalúrgicos, electricistas, ourives e relojoeiros. No que diz respeito ao sindicato dos Ourives e Relojoeiros, é o que nos tem acompanhado desde o primeiro dia da nossa luta, têm-se deslocado ao Ministério do Trabalho. Quer dizer, eles têm sido muitos bons, têm tido uma prática correcta.

Creio que o Sindicato dos Ourives e Relojoeiros ainda não foi reconhecido pela Intersindical e por alguma razão é; e eles não se querem associar à Intersindical enquanto a posição desta for aquela que é conhecida de todos nós. Eles têm recebido críticas de vários sectores, portanto, de vários sindicatos, mas de qualquer forma eles têm sido uns moços formidáveis e de princípio não alinhávamos muito com os elementos do Sindicato, porque a gente já estava a ver a posição dos sindicatos e, portanto, estávamos um bocado desconfiados com eles. O P.C. não defende os interesses dos trabalhadores

O Sindicato dos Metalúrgicos está debaixo do comando do Partido Comunista e nós sabemos perfeitamente qual é a posição deste partido, portanto a representação do sindicato

junto dos trabalhadores da Timex defende a posição do P.C., portanto não nos interessa.

Ao fim e ao cabo o P.C. não está a defender aquelas linhas que traçaram e a partir do 25 de Abril não está a seguir aquilo que tanto apregoou e tanto propagandeou, portanto, não está a defender os interesses dos trabalhadores.

Nós estamos a identificar-nos com o sindicato dos Ourives e Relojoeiros, e estamos satisfeitos com a actuação deles junto dos trabalhadores e junto do Ministério do Trabalho e não estamos satisfeitos com a actuação do Sindicato dos Metalúrgicos.

De princípio ficou aceite e à parte de cada indivíduo ter as suas opções políticas, o seguinte: Não era conveniente por experiência e por aquilo que sabemos, meter os partidos políticos dentro dos nossos problemas, dentro da nossa Comissão. Tem-se verificado que as pessoas têm defendido o problema da Timex e temos verificado uma verdadeira unidade. Não temos programas defendidos. É como a guerra de guerrilhas — nós adaptamos uma defesa ou atacamos confo. me nos atacam. **Até aqui não temos sofrido a influência de qualquer partido e isso tem sido bastante benéfico para nós; porque sabemos que noutras comissões, noutras fábricas, têm tido muitos problemas por que metem o P.C. e uma série de partidos lá dentro. Sofrem a influência desses partidos que só têm vindo a estragar a unidade destes trabalhadores e isto não interessa.**

Eu, pessoalmente, tenho a dizer que era filiado do P.C. antes do 25 de Abril.

(continua na pág. 8)

LÊ, ASSINA
E DIVULGA
REVOLUÇÃO



COGESTÃO — AUTOGESTÃO

Desde que se fizeram as primeiras assembleias de empresa, após o 25 de Abril, vimos surgir em vários sítios, comissões de cogestão e de autogestão. Algumas delas foram aceites pelos trabalhadores com entusiasmo e por isso pensamos que é necessário fazer uma reflexão sobre esse fenómeno.

É preciso não esquecer, à cabeça, que as empresas continuam a estar nas mãos dos capitalistas, cujos lucros vêm de tudo aquilo que o operário produz e que sobra do seu salário, a «mais-valia».

Se tirarmos a essa mais-valia o dinheiro que vai ser empatado para o crescimento da empresa (e que é empatado não pelos lindos olhos dos operários mas por interesse capitalista), ainda fica muito que é lucro líquido para o patrão.

Dito isto, todos os patrões estão realmente a explorar o trabalho dos operários.

UMA BOA GERÊNCIA FEITA POR OPERÁRIOS

O que é que acontece com a cogestão e a autogestão na sociedade capitalista? — Acontece que tanto em cogestão, como em autogestão (salvo algumas excepções de que falaremos) os operários passam a gerir os interesses dos capitalistas. Passam a ser os gerentes, eficazes e interessados, do capital.

Na cogestão, os operários participam, juntamente com os patrões, da gerência da casa. Na intenção dos operários está a defesa dos interesses dos trabalhadores. Como resultado, passa-se que ambos, operários e patrões, vão colaborar no sentido da casa funcionar o melhor possível, dar o máximo de rendimento. E aí estão os trabalhadores a aumentar os lucros dos patrões.

Nos casos de autogestão, as comissões eleitas vão ser gerentes da casa, responsabilizando-se inteiramente pelos seus destinos. Mas perguntamos: Vão ser-lhes entregues, por inteiro, os lucros? Os patrões, como capitalistas interessados, vão desaparecer? Os capitalistas continuam, e portanto a comissão de autogestão não está a fazer mais do que o serviço dum bom gerente.

para que a sua percentagem seja maior. Haverá quem não perceba que se trata de um truque para interesse dos capitalistas?

Deixar-se levar em tais truques é perder de vista o objectivo socialista, é contentar-se com as migalhas, é ficar sempre em sujeição, seja qual for o engodo arranjado.

Não se devem no entanto confundir comissões de autogestão com

los, e a fiscalizar o funcionamento da casa, incluindo a contabilidade.

Acontece, no entanto, que há alguns casos em que é possível que a autogestão se justifique. É exactamente quando não há patrões. Nas empresas públicas o patrão é o Estado. Neste caso, se a empresa é lucrativa (como podem ser por exemplo empresas de transportes) os lucros que vão para o Estado não serão utilizados no bem de todos, mas sim na guerra e nos empréstimos às empresas privadas. Noutras empresas públicas, como os hospitais e outros serviços, em que não há lucros, é de discutir se é adequada a autogestão.

Um caso diferente e em que a autogestão é justa é o caso em que a empresa abre falência falsa ou verdadeira e os patrões a abandonam. É o caso da LIP, em França, ou da Luso-Belga aqui em Portugal. Nestes casos é justo e importante que os trabalhadores não se deixem despedir e tomem conta da empresa, provando que são capazes de a fazer funcionar, sem que os patrões sejam precisos para nada, e provando também que a maior parte das vezes a falência é um estratagem, quando lhes convém por qualquer motivo fechar a fábrica, sem dar indemnizações.

Nesses casos é muito correcto que os trabalhadores tomem conta da fábrica e também dos lucros. Mas convém não esquecer que uma fábrica não é a sociedade inteira e que o socialismo não se pode construir numa só empresa.

OBJECTIVO — O SOCIALISMO

Também não é repetindo situações destas em várias fábricas que surge o socialismo, como se este fosse o resultado duma soma. Uma, duas, três, dez fábricas podem, deste modo,

passar para as mãos dos operários, que milhares continuarão nas mãos dos capitalistas e são estes que continuam no poder.

Só existirá socialismo quando toda a propriedade privada dos meios de produção passar para as mãos de todos, sendo os lucros para a sociedade, no sentido de serem gastos no aumento dos salários, por um lado, e nas escolas, nos hospitais, nas casas, por outro. Esta sociedade socialista só é possível acabando com a divisão de classes — burguesia por um lado, proletariado por outro.

Mas a burguesia está no poder, resistirá muito para sair dele. E é caso para isso, porque os benefícios não são pequenos... Assim, só a força do proletariado poderá acabar com o domínio da burguesia, tirando-lhe a propriedade e pondo-a ao serviço de todos, acabando com ela como classe. Para o fazer o proletariado tem de estar no poder, exercendo uma ditadura. Essa ditadura não é igual àquela a que nos habituámos. É a ditadura destinada apenas a não permitir à burguesia que continue a explorar. É uma ditadura que mantém a liberdade de escrever, de dizer, de ler. É uma ditadura que tem que manter ainda mais do que agora, a livre discussão. Mas que existe para não permitir que a exploração do trabalho continue; e apenas para isso.

É neste sentido que o proletariado e os seus aliados têm que lutar e não para criar nesta ou naquela fábrica pequenos socialismos. Mas poderemos, no entanto, pensar que o facto de os operários tomarem uma empresa, que os patrões querem abandonar, se pode transformar numa forma de luta que concorra para a luta pelo socialismo. Tais actos colaboram na crise da burguesia, são um exemplo para a classe operária, mostram a esta mesma classe o seu poder e conduzem por vezes a um confronto com os patrões e com o Governo que pode ser uma vitória para os trabalhadores e portanto mais um passo no processo da tomada do poder, que será decerto feita pelas grandes massas e de forma violenta.

ALGUNS CASOS PASSADOS NA «LIP»

Na empresa LIP existiam duas fábricas, uma de relógios, outra de armamento. A certa altura, por manobra do patronato, quiseram separar a resolução das questões das duas fábricas, para dividir os operários, que com a sua comissão de empresa geriam as duas fábricas, vendendo eles próprios os «stocks». Quando essa manobra foi feita, pretendendo pôr uma gerência dos patrões na fábrica de armamento, os operários organizaram-se, foram com Piaget (o delegado do sindicato CFDT) à cabeça e desmontaram em 2 horas a fábrica toda, mesmo o edifício, janelas, telhado, etc. Depois disseram — «façam o que quiserem!» O governo cedeu, os operários voltaram a montar a fábrica e voltaram a geri-la.

Os trabalhadores da LIP, durante a sua luta, ocuparam o ginásio duma escola primária, para aí instalarem os seus serviços sociais. Mas a Câmara Municipal (que era «socialista»...) mandou-os embora, dizendo que davam maus exemplos às crianças. Ocuparam então uma fortaleza próximo da vila e aí instalaram os seus serviços. Fizeram uma cantina própria, onde apesar de pagarem mais aos empregados, cada refeição era melhor e mais barata.

O governo usou, como uma das medidas de represália, acabar com os serviços de saúde e outros serviços sociais. Os trabalhadores da LIP montaram então um serviço próprio, com administração própria e tudo correu perfeitamente.

Estes trabalhadores, ao contrário do que se possa pensar, não eram gente agitada de Paris. Eram trabalhadores da província, gente habitualmente muito tranquila, duma região pacífica. Mas perceberam a sua força.

Acontece que muitas vezes esta participação na gestão é acompanhada de participação nos lucros. O operário passa portanto a ter interesse em que a casa tenha mais lucro,

as comissões de empresa, representativas dos trabalhadores e livremente eleitas. Estas destinam-se não a gerir a casa, mas a velar pelos interesses dos trabalhadores, a defendê-

ENTREVISTA COM UM ELEMENTO DO SINDICATO DOS ESCRITÓRIOS INTEGRADO NO MOVIMENTO ANTI-REFORMISTA E DESTA MANEIRA, IDENTIFICADO COM DETERMINADAS POSIÇÕES SURGIDAS NO DECORRER DO PROCESSO ELEITORAL

— Que pensas do processo que decorreu para a eleição dos corpos gerentes do Sindicato dos Escritórios?

— Esse processo eleitoral nasce fundamentalmente da necessidade que os trabalhadores têm, depois do 25 de Abril, de realizar um amplo debate sobre o que deve ser uma perspectiva sindical. Duas listas significam, portanto e em princípio, o surgir de propostas diferentes sobre o que deve ser um sindicato, podendo as diversas posições assumir aspectos contraditórios, mas não necessariamente antagónicos.

— Mas tal facto, sucedeu no Sindicato dos Escritórios?

— Não. Não aconteceu, e penso que se pode tirar a ilacção de que os interesses em jogo são antagónicos. Na prática, verificou-se a recusa por parte da lista A de qualquer debate, tendo conduzido toda a sua actuação utilizando todos e quaisquer meios que permitissem a «tomada do poder». Penso que neste momento da vida sindical portuguesa, o mais importante não seria esta ou aquela lista ganhar, mas uma ampla discussão que tentasse dar um mínimo de perspectivas aos trabalhadores.

— Como justificas os 75% dos votos obtidos pela lista A?

— Em primeiro lugar, o facto de a lista A ter tido os meios técnicos do sindicato ao seu dispor, bem como o acesso aos meios de informação, o que não aconteceu com a lista B. Ao centrar os seus esforços numa campanha que se caracterizou exclusivamente pelo uso de técnicas publicitárias e pelo emprego da técnica da calúnia, visou a Direcção actual, explorar os resultados da política de obscurantismo levada a cabo pelo fascismo. Estes métodos ainda têm poder de impacto, o que explica a adesão de muitas pessoas.

Em segundo lugar, tratando-se do sector serviços, determinadas propostas da lista B não tiveram aceitação, devido à natureza de classe dos interesses defendidos por uma certa percentagem dos empregados de escritório. No entanto, é de salientar que o sindicato tem largas dezenas de milhar de sócios, e só certa de oito mil sócios votaram, obtendo nesta conjuntura a lista B cerca de um terço.

— Não houve portanto uma mobilização dos trabalhadores com vista à discussão, das divergências a nível

sindical, político e ideológico, entre as duas listas, mas antes se optou pelo recurso à denúncia, à calúnia, à manobra. Quais as vossas perspectivas de luta?

— É evidente que não tenho a pretensão de julgar que o debate eleitoral, elucidaria correcta e definitivamente amplas camadas de trabalhadores. Portanto, essa elucidação ir-se-á desenvolvendo através de todo um processo de luta dos trabalhadores, na defesa dos seus interesses, face à exploração capitalista, e seguramente a lista A, ou quaisquer outros grupos no poder, seja a que nível for, não se poderão refutar a um confronto de opiniões e de ideias, por outras palavras e mais correctamente, a luta de classes desenvolve-se, por muito que pese a todos aqueles que tentam escamoteá-la e travá-la.

— Do corporativismo herdamos uma estrutura sindical principalmente profissional, uma enorme pulverização de sindicatos (cerca de 400), como meio de dividir e estabelecer a concorrência entre os trabalhadores. Todo esse aparelho sindical tem de ser desmantelado. Como vês que se deva processar a reestruturação sindical?

— Como seria de esperar, da parte de quem não está interessado numa inserção correcta na luta de classes, estamos a assistir, não à destruição do aparelho sindical corporativo, mas à sua adaptação a esquemas sindicais que não sendo corporativistas na forma, o são no seu conteúdo, ou seja, que visam «defender» os interesses dos trabalhadores numa perspectiva de colaboração de classes. Estamos, portanto, perante o reformismo.

Há, no entanto, necessidade de alertar a classe trabalhadora, para as manobras daqueles que dizendo-se anti-reformistas, rotulando-se de uma linha revolucionária, podem por vezes ultrapassar certas fórmulas notoriamente reformistas, sem contudo, deixarem de estar interessados na manutenção do esquema de relações capitalistas. É o caso da luta contra os monopólios, em que estes são apresentados como único e exclusivo inimigo da classe trabalhadora, escamoteando-se, portanto, que o sistema capitalista, não se cinge à existência de monopólios, mas é todo um sistema de relações sociais e políticas, assente na exploração do homem pelo homem. Estamos, portanto perante

o revisionismo.

— O P.C.P., a Intersindical e alguns Sindicatos — quer através de documentos, quer por declarações públicas, tentam travar o recurso à greve por parte dos trabalhadores, afirmando nomeadamente, tratar-se da última arma a ser utilizada por estes. Que pensas da utilização da greve, na luta dos trabalhadores contra a exploração?

— A esse respeito, penso que a greve deve ser utilizada como arma do trabalhador na luta contra o capital, mas é evidente que se é verdade que da greve deve resultar um avanço por parte dos trabalhadores no que respeita à tomada de consciência da sua força quando organizados, bem como aos ensinamentos que daí se possam extrair quanto ao seu papel na História, entendo que essas greves devem ser organizadas e efectivadas após uma discussão ampla que vise uma definição clara, dos interesses e objectivos dos trabalhadores.

— Pretende o P.C.P. justificar as greves recentemente levadas a cabo pela classe trabalhadora, como uma manobra dos monopólios visando a ruína da pequena e média empresas.

(continua na pág 7)

(continuação da pág. 6)

Pretende-se identificar os interesses dos trabalhadores com os da pequena e média burguesia, apresentando os monopólios como o único inimigo dos trabalhadores. Que pensa sobre este facto?

— A esse respeito, penso que por um lado a tendência para o monopolismo que caracteriza a evolução do processo capitalista, bem como as reivindicações da classe trabalhadora, originam um processo desfavorável à existência da pequena e média empresa, forçando portanto a proletarização de certos sectores da pequena e média burguesias. Ora, é partindo desse facto que o proletariado pode nesses sectores, encontrar aliados para a sua luta. O revisionismo, ao invés de definir uma estratégia que entre em linha em conta com esse facto, procura obstar ao desenvolvimento desse processo, tornando assim claro, que visa evitar a degenerescência do sistema capitalista, enfim obstar ao avanço da Revolução.

— Desviámo-nos da questão anterior, sobre a reestruturação sindical, à qual não chegaste a responder concretamente.

— A impossibilidade de definição

de perspectivas e actuações sindicais correctas e a consequente ausência da prática daí decorrente permite-me somente, avançar alguns princípios a que segundo eu penso, deve obedecer uma reestruturação sindical. Em primeiro lugar, deve-se encetar todo um processo de luta, que vise alcançar um sindicalismo vertical — quer isto dizer, que todos os trabalhadores, o que a meu ver, teria já duas consequências: a possibilidade de conhecimento por parte do sindicato das efectivas potencialidades da indústria respectiva, e por outro lado, permitir uma condução mais correcta da luta dos trabalhadores na defesa dos seus interesses. Nomeadamente o sector de serviços administrativos a que eu pertença, que tem tendência a desenvolver a sua luta numa perspectiva de interesse da classe burguesa seria forçosamente enquadrado numa perspectiva de luta, englobando os interesses de todos os trabalhadores da mesma indústria.

Um outro aspecto, que é importante realçar, é que toda a estrutura sindical entre a cúpula e a base deve estar orientada no sentido de permitir que seja a base a definir e a impor à cúpula a sua orientação e não o inverso, facto a que estamos a assistir em Portugal.

Revolução

MARTINS E REBELO EM GREVE

Também à última hora incluímos o, comunicado dos trabalhadores da firma Martins e Rebelo que, dando mostras de admirável combatividade, entraram pela segunda vez em greve.

Apelam para a compreensão da população que, devido a não ser possível satisfazer os fornecimentos normais, asseguraram, no entanto, os fornecimentos às entidades oficiais, hospitalares e restantes instituições de beneficência.

COMUNICADO

Por não terem sido totalmente satisfeitos nas suas reivindicações, os empregados da firma Martins e Rebelo (escritório, armazéns e depósitos do sector de Lisboa) encontram-se novamente em greve desde as 14.30 horas do dia 14 do corrente, ocupando as respectivas instalações.

Não pode "REVOLUÇÃO", como em todos os outros casos, ficar indiferente a esta luta que apoiamos sem reboço. Que se faça, pois, eco da luta dos trabalhadores desta firma monopolista, e que, tal como em todos os casos, os trabalhadores se esforcem no sentido de transformar as lutas reivindicativas em verdadeira luta de classes.

LÊ, ASSINA E DIVULGA REVOLUÇÃO



HOSPITAIS TRABALHADORES DA SAÚDE

Numa Conferência de Imprensa havida na Ordem dos Médicos no dia 7 de Junho, os jornalistas foram informados de factos e documentos de que passamos a citar alguns. Reservamos comentários mais prolongados no próximo número.

Dia 26 de Abril — Ocupação da Ordem dos Médicos, na transformação em Sindicato Médico. Expulsão do Curador.

Dia 29 de Abril — Assembleia dos Médicos da Secção Regional do Sul.

Dia 5 de Maio — Inter-Regional de Lisboa, Porto e Coimbra — tarefa prioritária: destruir a orgânica fascista da Saúde.

Dia 17 de Maio — Expulsão do Sindicato Médico de todos os médicos ex-Pides.

Dia 2 de Junho — Inter-Regional de Lisboa, Porto e Coimbra sobre a organização do Sindicato Médico, sobre as Caixas de Previdência e sobre Informação.

Dia 5 de Junho — O Ministro do Trabalho reconhece oficialmente a recondução dos dirigentes da Ordem dos Médicos, depostos pelo fascismo.

HOSPITAIS

Da «Informação Livre» dos Hospitais Civis transcrevemos:

«Nesta linha ideológica, não concebemos uma política de saúde que se cinja unicamente aos âmbitos técnicos da erradicação da doença e da manutenção do bem-estar físico, moral e social do indivíduo, esquecendo, por propósitos reaccionários, comodidade ou medo, o contexto político onde logicamente terá de estar inserida.» (...)

500 TRABALHADORES DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA DA C. U. F. DECIDIRAM:

— «Conscientes do significado do Movimento do 25 de Abril que derru-

bou o regime fascista,

— Conscientes que a Democracia assim instaurada só será forte e segura com o desmantelamento de toda a orgânica onde assentava esse regime,

— Conscientes que a direcção da Caixa da C.U.F. é necessariamente um órgão cuja existência dependia da confiança e da subordinação a um mandato do regime deposto e deste modo necessariamente contrária aos interesses dos trabalhadores,

— Propõe-se a imediata destituição da direcção da Caixa da C.U.F.» (Aprovado com duas abstenções)

A PSIQUIATRIA E O FASCISMO

O grupo de Informação Psiquiátrica, escreve:

É certo que a doença mental tem existido e existe em qualquer tipo de sociedade. Mas não é menos certo que determinados grupos sociais são mais patogénicos ou agravantes do que outros, de acordo com a essência autoritária ou democrática das suas estruturas políticas. É o fascismo, que mais não é do que a repressão institucionalizada para uma mais eficiente exploração das massas trabalhadoras pelo capital, que talvez reúna as condições óptimas para a génese e desenvolvimento da «doença mental». Não garantido uma razoável satisfação das necessidades vitais básicas dos cidadãos (abrigo, alimentação, cuidados da saúde) a não ser aos poucos privilegiados detentores do poder económico e seus servidores e impedindo a livre expressão das suas aspirações cívicas mais profundas (liberdade de expressão e reunião, igualdade no acesso ao saber e ao poder, sem restrições étnicas, de sexo, sócio-profissionais ou étnicas) o Fascismo constituiu uma ameaça permanente, subjectiva e objectiva, à vida humana, determinando nos indivíduos uma existência desarmoniosa, inaptada e infeliz: a doença.

(continuação da pág. 9)

às contas para averiguar a veracidade da afirmação feita. Esta proposta foi recusada pela administração.

3) Informados os operários das conversações havidas e das decisões tomadas pela administração estes consideraram que em virtude da empresa insistir a não ceder às restantes reivindicações apresentadas teriam de se manter em greve. Os operários fizeram questão de reafirmar que só tomaram a decisão de entrar em greve e de nela permanecer em virtude da atitude que vem sendo assumida pela empresa; não lhes resta outro recurso para fazer valer os seus direitos. Consequentemente consideram a administração da empresa a única responsável pela greve em curso». A comissão directiva provisória do Sindicato dos Operários Químicos do Norte põe como condição indispensável para a publicação deste comunicado que este seja reproduzido na íntegra.

Porto, 3 de Junho de 1974.

A comissão

2.º COMUNICADO

Na manhã do dia 3, foi distribuída aos jornais diários do Porto, às estações da rádio e à R.T.P. um comunicado de imprensa que dava conta dos factos acontecidos até ao fim do dia 2. Porque entretanto surgiram novos factos que se consideram merecedores da atenção de todo o público decidiu-se publicar novo comunicado esclarecendo as afirmações feitas pela administração da empresa e das notícias dos novos acontecimentos:

1) É efectivamente verdade que na tarde de sábado do dia 1 os representantes da administração se recusaram a autorizar a peritagem a contas proposta pelo delegado da Junta de Salvação Nacional e — no caso de aceitação — levaria, segundo afirmou, a propor aos operários a suspensão da greve.

2) Posteriormente à saída do comunicado veio a administração a autorizar a peritagem pela Junta de Salvação Nacional — sempre sobre proposta dos representantes desta — e foi, portanto,

proposto aos operários que suspendessem a greve o que estes recusaram por considerar que as reivindicações apresentadas eram as mínimas aceitáveis e não estavam portanto dependentes dos resultados dessa eventual peritagem.

3) Todos os contactos ficaram suspensos até que a administração enviasse à comissão sindical operária (C.S.O.) da Mabor uma resposta escrita às reivindicações apresentadas.

4) No passado dia 4 souberam os operários que estava a ser preparada uma concentração de funcionários não grevistas que pretendiam forçar a entrada nas instalações fabris de Lousado que as muitas centenas de grevistas tomaram à sua conta desde o primeiro dia — até para evitar que se produzam dentro das instalações quaisquer desacatos cujas responsabilidades lhes poderiam ser imputadas.

5) Contactado o sindicato este fez deslocar à fábrica dois delegados que aconselharam os grevistas a evitar violência, tendo-os mesmo aconselhado a não responder a eventuais provocações. Tais provocações vieram a ter lugar no fim da tarde e os operários grevistas mantiveram toda a calma e pode assim ser evitada uma confrontação cujas responsabilidades caberiam inteiramente ao grupo — claramente minoritário como o podem comprovar todos os que presenciaram os acontecimentos e inclusivamente pelo comandante e dois oficiais do R I 8 que lá se encontravam como representante da Junta de Salvação Nacional — que se encontrava fora das instalações.

6) Em função do pedido feito nesse dia pelo sr. Ten. Coronel representante da J.S.N. de que houvesse uma cedência da parte dos operários para permitir o restabelecer das negociações — e muito embora a administração ainda não tivesse feito nenhuma contra-proposta nem sequer enviado nenhuma resposta escrita como lhe tinha sido pedido e era seu dever — entenderam os operários fazer nova contra-proposta: — manutenção de todas as reivindicações mas com retorno imediato ao trabalho logo que a empresa as satisfizesse, comprometendo-se os operários a trabalhar 48 h. durante 30 dias para que a produção

não baixasse enquanto a empresa procedia às reestruturações e contractação de mais pessoal se o entendesse necessário.

7) A C.S.O. esclareceu os representantes que a redução do horário de trabalho de 48 para 40 horas não vai contra os interesses da nação nem dos operários pois que a empresa é livre de contratar mais trabalhadores — contribuindo assim para diminuir o número crescente de desempregados — aumentando até a produção global da empresa sem prejuízo para ninguém a não ser para os lucros auferidos.

8) Mediante proposta dos representantes da J.S.N. deu-se início a nova reunião entre a C.S.O., os delegados do sindicato e os representantes da administração que se realizou na presença dos três delegados da J.S.N.

9) Pouco após do início da reunião voltaram a ser proferidos insultos e feitas e reafirmadas provocações aos delegados do sindicato dos Químicos do Norte o que os levou a abandonar a reunião — no que foram seguidos pela C.S.O. da Mabor.

10) A reunião continuou portanto, entre os delegados da J.S.N. e os representantes da administração. Finda a reunião foi comunicado aos operários que a administração da empresa não satisfazia as suas reivindicações apresentadas pelo que estes decidiram manter-se em greve já que a empresa continua a forçá-los a recorrer a este meio para alcançar as suas justas reivindicações. Durante a concentração em que a decisão da administração foi comunicada aos operários ficou bem claro para todos os presentes a falsidade das afirmações feitas pela administração cujo carácter insultuoso e provocatório levou a C.S.O. e os delegados do Sindicato a abandonarem a reunião relatada neste comunicado.

11) A comissão directiva do Sindicato dos Operários Químicos do Norte e a C.S.O. da Mabor informam que a greve se mantém e que oportunamente distribuirão novo comunicado de imprensa.

Porto, 8 de Junho de 1974.

A comissão

LUTA DOS TRABALHADORES

TIMEX

(continuação da pág. 5)

Tenho-me aconselhado junto do Partido e sei, sinto que se eu fosse a trazer para aqui, para a Comissão, os ensinamentos e conselhos deles, a Comissão já tinha desaparecido e a luta que nós estamos presentemente a desenvolver na Timex não chegava a onde chegou — tínhamos quebrado a unidade e tinham sido os capitalistas a resolver o problema à sua maneira e isso não serve. Nós mantemo-nos intransigentes na nossa luta, porque não estamos a defender partidos, nós estamos a defender os trabalhadores que é o que somos.

Nós temos uma acta assinada pela Administração no Ministério do Trabalho, onde nós a responsabilizamos, por todos os danos morais e materiais que adviessem para os operários desta greve total.

Tivemos uma fase em que deixávamos sair o material, mas depois adoptamos uma outra política para não deixar sair nada, porque estamos convencidos que pode vir a ser necessário recorrermos a esses relógios que estão em stock. Nós não somos uma L.I.P. Infelizmente não podemos ser uma L.I.P. porque não produzimos totalmente os relógios cá dentro; nós necessitamos de material de outras fábricas do estrangeiro, assim como eles necessitam de parte do material que enviamos para lá. Mas de qualquer forma, os relógios que foram produzidos até à greve de zelo, foram armazenados. Os relógios que estão armazenados não seriam o remédio para os nossos males, mas de qualquer forma contribuiriam para resolver parte do problema. Temos uns bons milhares de relógios.

Temos recebido manifestações de solidariedade para com a nossa luta. Os camaradas da mesma empresa em França e na Escócia estão solidários connosco. Mas, por vezes, as pessoas não se apercebem dos factos, simplesmente pela falta de informação. É frequente as pessoas perguntarem: «Então, a Timex não terminou com aquilo, afinal o que é que eles querem?» O problema da falta de informação não é da Comissão, não é dos trabalhadores, é devido ao sistema como ele está e como ele se está a preparar. Estamos fartos de recorrer a jornais, mas as notícias limitam-se a um pequenino quadrado a dizer: «A Timex continua em Greve». No primeiro dia de greve veio cá a televisão e deram a notícia, mas depois disso e apesar de termos recorrido a eles, não têm querido falar no assunto. Os jornais que nos têm apiado são: o Jornal de Almada e o Comércio do Funchal.

Pessoas cheias de teorias

O problema dos escriturários é mais complexo. As pessoas dos escritórios (não quer dizer que sejam todos!), identificam-se com uma corrente diferente da nossa. Identificam-se com uma corrente burguesa enquanto nós somos operários. Eles podem ser pes-

soas com um nível intelectual um pouco mais desenvolvido, são pessoas cheias de teorias, cheias de livros, cheias de ensinamentos, mas quando chega a hora da verdade o que se verifica é que são os operários a tomarem de facto a iniciativa.

Em Fevereiro, fizemos uma greve e, antes da greve, encontrávamos no escritório — em parte do escritório — pessoas cheias de teorias, cheias de livros de Karl Marx, do Engels e do Lenine e essas pessoas que discutiam todas essas teorias no refeitório e noutros locais e nós dizíamos: «oh pá! Estes gajos numa altura em que seja de facto necessário tomar uma atitude, estes gajos são os cabecilhas, são as pessoas que de facto têm os conhecimentos, são as pessoas que interessam. Entretanto, em Fevereiro, decretámos a greve e as pessoas diziam: «**Afinal de contas aonde é que estão os teóricos?**» Não estávamos e quem estava era o serralheiro, era a mulher da limpeza, era a mulher que trabalha com a máquina. Quer dizer, as pessoas que pareciam menos capazes, que pareciam ter menos conhecimentos, foram as pessoas que, de facto, na altura, tomaram a iniciativa. Foram as pessoas que verdadeiramente sentem o problema, que sentem a exploração. Nós agora verificamos o seguinte no Ministério do Trabalho: até aqui não era possível porque não havia possibilidades de chegar lá cima; e agora chegamos lá cima e verificamos que resolver os problemas dos operários, são pessoas burguesas que sempre foram criadas sem dificuldades, nunca andaram descalças e que agora resolvem os problemas dentro de um gabinete alcatifado. Estou convencido que as pessoas que estão a tentar resolver os problemas dos operários, são pessoas burguesas que sempre foram criadas, sem dificuldades, nunca problemas dos trabalhadores sem descerem cá baixo e virem aqui para terem uma experiência prática com a máquina. **Uma pessoa que está lá em cima pode ter muita pena dos trabalhadores, mas nunca sente aquilo que o trabalhador sente, — falta-lhe a prática. Por isso, essa pessoa nunca se pode aperceber dos problemas dos trabalhadores. Por isso é que eu digo «não interessa ir ao Ministério do Trabalho — porque aquilo está cheio de pessoas dessas. É que se fossem os trabalhadores a resolverem os problemas dos próprios trabalhadores, estes iam lá e não havia problemas. Ir lá falar com o Senhor Doutor Fulano de Tal e depois falar com o outro Doutor não adianta nada; e depois estamos a verificar que o 25 de Abril, afinal, ainda não chegou! Chegou o 25 de Abril — mas aquele 25 que ainda não chegou aqui à fábrica, nem chegou a uma série de outras fábricas e departamentos do Estado, porque lá dentro estão pessoas que não interessam a ninguém. Resolvemos que o nosso problema tem de ser resolvido a nível de fábrica.**

Quando às reivindicações estamos convencidos que vão ser satisfeitas: as 40 horas já as praticamos e não nos fazem retroceder; quanto ao prémio se a administração não ceder, nós muito simplesmente não trabalhamos para o prémio. Quanto à questão salarial estou convencido que também vai ser resolvido.

A greve é uma arma ao serviço dos trabalhadores

Em relação ao P. C. já defini a minha posição e há outros partidos que não interessam a ninguém. Eu lutei. Muitas vezes a gente ia-se deitar com medo que nos fossem lá buscar. A gente andava aí pelos matos a fazer reuniões, porque? Porque nessa altura tínhamos de fazer assim e nessa altura pensávamos que era a forma mais justa de resolver os nossos problemas: lutando, fazendo greves, porque era o capitalismo que cá estava e, hoje, dizem-nos para aguentarmos porque não convém, mas é o capitalismo que continua a cá estar e continuam os senhores capitalistas a ser os donos das fábricas. Ao nível da fábrica tenho a dizer o seguinte: a Timex — dizem — está a contribuir para o caos do País. Mas não é verdade. Porquê? Pelo seguinte: a Timex é um dos muitos casos que existem em Portugal em que os tipos fazem cá as fábricas e exploram a mão-de-obra e 90% da produção vai para o estrangeiro, e a pouca produção que cá fica está isenta de uma série de impostos; assim o Estado não vem usufruir em nada, praticamente em quase nada. O que cá fica é praticamente o salário dos operários. Portanto, eu não vejo em que é que pelo facto de os trabalhadores da Timex estarem a exigir pela greve aquilo a que têm direito, possam contribuir para o descalabro económico do País.

A condição da classe operária no tempo do fascismo e agora com uma democracia burguesa, continua a ser a mesma e até acontece uma coisa engraçada: até aqui a gente sabia que havia duas coisas — os trabalhadores e os burgueses. E agora? Afinal, onde é que nós estamos? Álvaro Cunhal é o chefe supremo do PC, é aquela pessoa em que a gente sempre acreditou, mas quando chega a hora da verdade, vou acreditar em quem? Afinal o PC é o Partido dos operários? Então, porque é que não resolve o problema dos trabalhadores? Há uma série de contradições e as pessoas andam como que chocadas e vão falando, vão resolvendo e até é bom que isto aconteça, porque as pessoas vão definindo uma posição. Aqui na fábrica acontece uma coisa interessante, as pessoas quase que deixaram de falar em futebol e passaram a falar nestas coisas, fazem críticas, fazem auto-críticas e isto é muito interessante. As pessoas vão-se apercebendo que há qualquer coisa que não vai bem. A Revolução foi burguesa, é burguesa. O PC está a ir contra os interesses da classe operária e pela prática se verifica. Eles apregoavam uma coisa e chegam ao poder e sentam-se muito comodamente nos seus lugares

e não querem resolver os problemas dos trabalhadores.

Todo este movimento grevista que se verifica a nível nacional é uma arma dos trabalhadores contra os capitalistas. Dá-me a impressão que estou a ver uma televisão mas estou a vê-la do outro lado. As caras agora são outras, mas o sistema é o mesmo. As pessoas antigamente diziam: «Vocês ponham-se a pau, vêm para cá os comunistas e fazem e acontecem»; agora os «comunistas» dizem: «Vocês ponham-se a pau, vêm para cá os fascistas e fazem e acontecem.» É uma forma de espeziñarem os trabalhadores mas com outras palavras para obrigarem as pessoas a não fazerem greve, a não exigirem as coisas e a acomodarem-se a uma situação de comodismo para não exigirem os seus direitos. Acho que é altura ideal, agora antes das eleições de as pessoas fazerem greve, de reivindicarem os seus direitos porque depois eu não sei se são os comunistas, se são os socialistas, se são os indivíduos mais à esquerda, se são as direitas que vão ficar no poder. De qualquer forma, depois vamos ter toda uma burocracia. Existe o senhor burocrata, o senhor tecnocrata e para chegar lá cima tem que se subir escadas e depois descer, depois dizem que é necessário respeitar o decreto tal e mais um outro decreto, que se tem de reunir um certo número de condições e a greve acaba por não se fazer.

PELA ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA DOS TRABALHADORES

É agora que a classe operária se deve organizar independentemente de partidos políticos, deve-se organizar nos locais de trabalho e não pode haver chefes. Por exemplo, aqui havia um problema qualquer a resolver e então reuniam-se todos os operários, expunham-se os problemas e as pessoas em conjunto é que decidem. É uma forma democrática. E assim, é um movimento que sai da classe operária e não vem de fora da classe. É assim que nós aprendemos com a nossa própria experiência.

O salário mínimo de 3300\$00 é uma grande barretada, é um salário de miséria, é um salário para a renda da casa e depois as pessoas comem o quê? E as pessoas não vivem só para comer, só para trabalhar, só para vestir e dormir. As pessoas têm outras necessidades. Se o capitalista tem o direito de ir passar férias, de ir para a praia, eu acho que também tenho esse direito. Não admito que os trabalhadores devam fazer serões. Se às 6 menos um quarto o Sr. Tal se vai embora para a praia, eu também tenho o mesmo direito. Se ele vai para a praia e não necessita fazer serões é porque tem um ordenado grande que lhe permite fazer tal; e se nós queremos ganhar algum, temos que ficar aqui até às tantas a escavar o coirão. Por isso mesmo, devemos exigir um horário e um salário justo para que as pessoas cheguem à hora normal de sair e se vão embora para suas casas.

Quem dirige a fábrica são os operários, nós é que trabalhamos em todos os sectores e são os operários que estão a ocupar a fábrica. Se nós fomos capazes de a dirigir até aqui, porque é que não havemos de ser capazes de a dirigir daqui para o futuro? Isoladamente pode haver camaradas que não sejam capazes de desempenhar determinada tarefa, mas arranjávamos um comité uma direcção eleita, constituída por diversos operários que os trabalhadores considerassem ser os mais válidos, e essa direcção teria de prestar contas numa assembleia de todos os trabalhadores, de tudo o que tivesse feito. E assim todos os problemas se resolviam.

Devo ainda referir que alguns indivíduos do escritório tentaram minar a nossa unidade. Começaram por dizer que tínhamos uma linha dura, que não devíamos reivindicar tantas coisas, que devíamos dar um prazo maior à administração e não sei que mais. Mas nós descobrimos o que eles andavam a fazer e imediatamente foram desmascarados. Compreendemos a actuação deles porque são indivíduos burgueses. Explicámos às pessoas quem eram tais fulanos, qual tinha sido o papel deles, qual seria a atitude deles no futuro e ficaram isolados porque de facto são indivíduos reacçãoários. Agora estão mais calmos mas continuamos vigilantes.

Mas devo dizer que nem tudo são rosas. A curto prazo as perspectivas para a revolução socialista são poucas. A organização da classe operária é frágil ou quase inexistente mas, a manterem-se estas condições, as pessoas vão abrindo os olhos e vão-se organizando e daqui a algum tempo a coisa deve estar bem diferente.

Em último lugar quero dizer que vão as minhas saudações para todos os operários em geral e para os Timex em particular, e para todos aqueles que têm sido solidários connosco.

NOTA: Os subtítulos são da responsabilidade da redacção.

E. BRUNNER A VIGILANCIA DE CLASSE

O processo de luta dos operários da E. Brunner (Fábrica de colas com 57 operários) não foi aquilo a que se poderá chamar de «exemplar».

No entanto, factos há que merecem referência; eles são bem explícitos acerca das contingências inerentes à luta de classes, são esclarecedores das manobras com que a reacção e os reformistas procuram desviar o operariado dos seus verdadeiros objectivos, da satisfação dos seus verdadeiros interesses. São ainda esclarecedores acerca do modo como contornar tais manobras. Atente-se no processo:

Os operários da E. Brunner começaram por fazer duas reivindicações essenciais: aumento geral de 1000 escudos e redução do tempo de trabalho para 40 horas semanais. No sentido de obterem satisfação às suas justas reivindicações, os operários desencadeiam uma greve parcial e

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

LUTA DOS TRABALHADORES

TIMEX

(continuação da pág. 5)

Tenho-me aconselhado junto do Partido e sei, sinto que se eu fosse a trazer para aqui, para a Comissão, os ensinamentos e conselhos deles, a Comissão já tinha desaparecido e a luta que nós estamos presentemente a desenvolver na Timex não chegava a onde chegou — tínhamos quebrado a unidade e tinham sido os capitalistas a resolver o problema à sua maneira e isso não serve. Nós mantemo-nos intransigentes na nossa luta, porque não estamos a defender partidos, nós estamos a defender os trabalhadores que é o que somos.

Nós temos uma acta assinada pela Administração no Ministério do Trabalho, onde nós a responsabilizamos, por todos os danos morais e materiais que adviessem para os operários desta greve total.

Tivemos uma fase em que deixávamos sair o material, mas depois adoptamos uma outra política para não deixar sair nada, porque estamos convencidos que pode vir a ser necessário recorrermos a esses relógios que estão em stock. Nós não somos uma L.I.P. Infelizmente não podemos ser uma L.I.P. porque não produzimos totalmente os relógios cá dentro; nós necessitamos de material de outras fábricas do estrangeiro, assim como eles necessitam de parte do material que enviamos para lá. Mas de qualquer forma, os relógios que foram produzidos até à greve de zelo, foram armazenados. Os relógios que estão armazenados não seriam o remédio para os nossos males, mas de qualquer forma contribuiriam para resolver parte do problema. Temos uns bons milhares de relógios.

Temos recebido manifestações de solidariedade para com a nossa luta. Os camaradas da mesma empresa em França e na Escócia estão solidários connosco. Mas, por vezes, as pessoas não se apercebem dos factos, simplesmente pela falta de informação. É frequente as pessoas perguntarem: «Então, a Timex não terminou com aquilo, afinal o que é que eles querem?» O problema da falta de informação não é da Comissão, não é dos trabalhadores, é devido ao sistema como ele está e como ele se está a preparar. Estamos fartos de recorrer a jornais, mas as notícias limitam-se a um pequenino quadrado a dizer: «A Timex continua em Greve». No primeiro dia de greve veio cá a televisão e deram a notícia, mas depois disso e apesar de termos recorrido a eles, não têm querido falar no assunto. Os jornais que nos têm apiado são: o Jornal de Almada e o Comércio do Funchal.

Pessoas cheias de teorias

O problema dos escriturários é mais complexo. As pessoas dos escritórios (não quer dizer que sejam todos!), identificam-se com uma corrente diferente da nossa. Identificam-se com uma corrente burguesa enquanto nós somos operários. Eles podem ser pes-

soas com um nível intelectual um pouco mais desenvolvido, são pessoas cheias de teorias, cheias de livros, cheias de ensinamentos, mas quando chega a hora da verdade o que se verifica é que são os operários a tomarem de facto a iniciativa.

Em Fevereiro, fizemos uma greve e, antes da greve, encontrávamos no escritório — em parte do escritório — pessoas cheias de teorias, cheias de livros de Karl Marx, do Engels e do Lenine e essas pessoas que discutiam todas essas teorias no refeitório e noutros locais e nós dizíamos: «oh pá! Estes gajos numa altura em que seja de facto necessário tomar uma atitude, estes gajos são os cabecilhas, são as pessoas que de facto têm os conhecimentos, são as pessoas que interessam. Entretanto, em Fevereiro, decretámos a greve e as pessoas diziam: «Final de contas aonde é que estão os teóricos?» Não estávamos e quem estava era o serralheiro, era a mulher da limpeza, era a mulher que trabalha com a máquina. Quer dizer, as pessoas que pareciam menos capazes, que pareciam ter menos conhecimentos, foram as pessoas que, de facto, na altura, tomaram a iniciativa. Foram as pessoas que verdadeiramente sentem o problema, que sentem a exploração. Nós agora verificamos o seguinte no Ministério do Trabalho: até aqui não era possível porque não havia possibilidades de chegar lá cima; e agora chegamos lá cima e verificamos que resolver os problemas dos operários, são pessoas burguesas que sempre foram criadas sem dificuldades, nunca andaram descalças e que agora resolvem os problemas dentro de um gabinete alcatifado. Estou convencido que as pessoas que estão a tentar resolver os problemas dos operários, são pessoas burguesas que sempre foram criadas, sem dificuldades, nunca problemas dos trabalhadores sem descerem cá baixo e virem aqui para terem uma experiência prática com a máquina. Uma pessoa que está lá em cima pode ter muita pena dos trabalhadores, mas nunca sente aquilo que o trabalhador sente, — falta-lhe a prática. Por isso, essa pessoa nunca se pode aperceber dos problemas dos trabalhadores. Por isso é que eu digo «não interessa ir ao Ministério do Trabalho — porque aquilo está cheio de pessoas dessas. É que se fossem os trabalhadores a resolverem os problemas dos próprios trabalhadores, estes iam lá e não havia problemas. Ir lá falar com o Senhor Doutor Fulano de Tal e depois falar com o outro Doutor não adianta nada; e depois estamos a verificar que o 25 de Abril, afinal, ainda não chegou! Chegou o 25 de Abril — mas aquele 25 que ainda não chegou aqui à fábrica, nem chegou a uma série de outras fábricas e departamentos do Estado, porque lá dentro estão pessoas que não interessam a ninguém. Resolvemos que o nosso problema tem de ser resolvido a nível de fábrica.

Quanto às reivindicações estamos convencidos que vão ser satisfeitas: as 40 horas já as praticamos e não nos fazem retroceder; quanto ao prémio se a administração não ceder, nós muito simplesmente não trabalhamos para o prémio. Quanto à questão salarial estou convencido que também vai ser resolvido.

A greve é uma arma ao serviço dos trabalhadores

Em relação ao P. C. já defini a minha posição e há outros partidos que não interessam a ninguém. Eu lutei. Muitas vezes a gente ia-se deitar com medo que nos fossem lá buscar. A gente andava aí pelos matos a fazer reuniões, porque? Porque nessa altura tínhamos de fazer assim e nessa altura pensávamos que era a forma mais justa de resolver os nossos problemas: lutando, fazendo greves, porque era o capitalismo que cá estava e, hoje, dizem-nos para aguentarmos porque não convém, mas é o capitalismo que continua a cá estar e continuam os senhores capitalistas a ser os donos das fábricas. Ao nível da fábrica tenho a dizer o seguinte: a Timex — dizem — está a contribuir para o caos do País. Mas não é verdade. Porquê? Pelo seguinte: a Timex é um dos muitos casos que existem em Portugal em que os tipos fazem cá as fábricas e exploram a mão-de-obra e 90% da produção vai para o estrangeiro, e a pouca produção que cá fica está isenta de uma série de impostos; assim o Estado não vem usufruir em nada, praticamente em quase nada. O que cá fica é praticamente o salário dos operários. Portanto, eu não vejo em que é que pelo facto de os trabalhadores da Timex estarem a exigir pela greve aquilo a que têm direito, possam contribuir para o descalabro económico do País.

A condição da classe operária no tempo do fascismo e agora com uma democracia burguesa, continua a ser a mesma e até acontece uma coisa engraçada: até aqui a gente sabia que havia duas coisas — os trabalhadores e os burgueses. E agora? Afinal, onde é que nós estamos? Álvaro Cunhal é o chefe supremo do PC, é aquela pessoa em que a gente sempre acreditou, mas quando chega a hora da verdade, vou acreditar em quem? Afinal o PC é o Partido dos operários? Então, porque é que não resolve o problema dos trabalhadores? Há uma série de contradições e as pessoas andam como que chocadas e vão falando, vão resolvendo e até é bom que isto aconteça, porque as pessoas vão definindo uma posição. Aqui na fábrica acontece uma coisa interessante, as pessoas quase que deixaram de falar em futebol e passaram a falar nestas coisas, fazem críticas, fazem auto-críticas e isto é muito interessante. As pessoas vão-se apercebendo que há qualquer coisa que não vai bem. A Revolução foi burguesa, é burguesa. O PC está a ir contra os interesses da classe operária e pela prática se verifica. Eles apregoavam uma coisa e chegam ao poder e sentam-se muito comodamente nos seus lugares

e não querem resolver os problemas dos trabalhadores.

Todo este movimento grevista que se verifica a nível nacional é uma arma dos trabalhadores contra os capitalistas. Dá-me a impressão que estou a ver uma televisão mas estou a vê-la do outro lado. As caras agora são outras, mas o sistema é o mesmo. As pessoas antigamente diziam: «Vocês ponham-se a pau, vêm para cá os comunistas e fazem e acontecem»; agora os «comunistas» dizem: «Vocês ponham-se a pau, vêm para cá os fascistas e fazem e acontecem.» É uma forma de espeziñarem os trabalhadores mas com outras palavras para obrigarem as pessoas a não fazerem greve, a não exigirem as coisas e a acomodarem-se a uma situação de comodismo para não exigirem os seus direitos. Acho que é altura ideal, agora antes das eleições de as pessoas fazerem greve, de reivindicarem os seus direitos porque depois eu não sei se são os comunistas, se são os socialistas, se são os indivíduos mais à esquerda, se são as direitas que vão ficar no poder. De qualquer forma, depois vamos ter toda uma burocracia. Existe o senhor burocrata, o senhor tecnocrata e para chegar lá cima tem que se subir escadas e depois descer, depois dizem que é necessário respeitar o decreto tal e mais um outro decreto, que se tem de reunir um certo número de condições e a greve acaba por não se fazer.

PELA ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA DOS TRABALHADORES

É agora que a classe operária se deve organizar independentemente de partidos políticos, deve-se organizar nos locais de trabalho e não pode haver chefes. Por exemplo, aqui havia um problema qualquer a resolver e então reuniam-se todos os operários, expunham-se os problemas e as pessoas em conjunto é que decidem. É uma forma democrática. E assim, é um movimento que sai da classe operária e não vem de fora da classe. É assim que nós aprendemos com a nossa própria experiência.

O salário mínimo de 3300\$00 é uma grande barretada, é um salário de miséria, é um salário para a renda da casa e depois as pessoas comem o quê? E as pessoas não vivem só para comer, só para trabalhar, só para vestir e dormir. As pessoas têm outras necessidades. Se o capitalista tem o direito de ir passar férias, de ir para a praia, eu acho que também tenho esse direito. Não admito que os trabalhadores devam fazer serões. Se às 6 menos um quarto o Sr. Tal se vai embora para a praia, eu também tenho o mesmo direito. Se ele vai para a praia e não necessita fazer serões é porque tem um ordenado grande que lhe permite fazer tal; e se nós queremos ganhar algum, temos que ficar aqui até às tantas a escavar o coirão. Por isso mesmo, devemos exigir um horário e um salário justo para que as pessoas cheguem à hora normal de sair e se vão embora para suas casas.

Quem dirige a fábrica são os operários, nós é que trabalhamos em todos os sectores e são os operários que estão a ocupar a fábrica. Se nós fomos capazes de a dirigir até aqui, porque é que não havemos de ser capazes de a dirigir daqui para o futuro? Isoladamente pode haver camaradas que não sejam capazes de desempenhar determinada tarefa, mas arranjávamos um comité uma direcção eleita, constituída por diversos operários que os trabalhadores considerassem ser os mais válidos, e essa direcção teria de prestar contas numa assembleia de todos os trabalhadores, de tudo o que tivesse feito. E assim todos os problemas se resolviam.

Devo ainda referir que alguns indivíduos do escritório tentaram minar a nossa unidade. Começaram por dizer que tínhamos uma linha dura, que não devíamos reivindicar tantas coisas, que devíamos dar um prazo maior à administração e não sei que mais. Mas nós descobrimos o que eles andavam a fazer e imediatamente foram desmascarados. Compreendemos a actuação deles porque são indivíduos burgueses. Explicámos às pessoas quem eram tais fulanos, qual tinha sido o papel deles, qual seria a atitude deles no futuro e ficaram isolados porque de facto são indivíduos reacçãoários. Agora estão mais calmos mas continuamos vigilantes.

Mas devo dizer que nem tudo são rosas. A curto prazo as perspectivas para a revolução socialista são poucas. A organização da classe operária é frágil ou quase inexistente mas, a manterem-se estas condições, as pessoas vão abrindo os olhos e vão-se organizando e daqui a algum tempo a coisa deve estar bem diferente.

Em último lugar quero dizer que vão as minhas saudações para todos os operários em geral e para os Timex em particular, e para todos aqueles que têm sido solidários connosco.

NOTA: Os subtítulos são da responsabilidade da redacção.

E. BRUNNER A VIGILANCIA DE CLASSE

O processo de luta dos operários da E. Brunner (Fábrica de colas com 57 operários) não foi aquilo a que se poderá chamar de «exemplar».

No entanto, factos há que merecem referência; eles são bem explícitos acerca das contingências inerentes à luta de classes, são esclarecedores das manobras com que a reacção e os reformistas procuram desviar o operariado dos seus verdadeiros objectivos, da satisfação dos seus verdadeiros interesses. São ainda esclarecedores acerca do modo como contornar tais manobras. Atente-se no processo:

Os operários da E. Brunner começaram por fazer duas reivindicações essenciais: aumento geral de 1000 escudos e redução do tempo de trabalho para 40 horas semanais. No sentido de obterem satisfação às suas justas reivindicações, os operários desencadeiam uma greve parcial e

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

COLÓNIAS: INDEPENDÊNCIA OU GUERRA

MAIO: 98 JOVENS PORTUGUESES MORTOS EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE

Só em Angola e Moçambique e apenas durante um certo período do mês de Maio, morreram em combate na guerra colonial, 98 jovens portugueses. Esta informação é dada pelas Forças Armadas em Angola e Moçambique e foi publicada na imprensa diária.

Maio, o mês dos cravos vermelhos nas baionetas dos soldados portugueses, está mais uma vez, e há mais de uma dezena de anos, carregado com as cores do luto.

As promessas e os sorrisos dos ministros do Governo Provisório não deixaram de mascarar uma verdade trágica para o nosso povo: os jovens portugueses continuam a ser enviados para a fornalha africana. Continuam a fazer uma guerra injusta, criminosa e onerosa. Continuam a matar em Angola, Guiné e Moçambique aqueles que apenas pegaram em armas para libertar a sua terra. Aqueles que no dia 25 de Abril ajudaram a conquistar as liberdades cívicas no nosso país, apontam hoje as armas para povos que desejam libertar-se do jugo colonialista. E muitos deles perdem também a

vida neste Alcácer Quibir, que os mais recentes representantes de «el-rei D. Sebastião» teimam em seguir, contra a própria vontade do povo português.

Enquanto os ministros do Governo Provisório vão retardando o problema do fim do colonialismo e da guerra colonial, jovens portugueses e jovens africanos morrem em batalha. O luto continua a entrar nas casas de Portugal, do Minho ao Algarve. E o Governo Provisório vai ganhando tempo para os capitalistas nacionais e estrangeiros continuarem a grande pilhagem das riquezas africanas. Eles não se interessam com os princípios políticos da questão, nem querem saber se esta traição é feita com a vida dos jovens operários e camponeses.

Só em Angola e Moçambique e apenas durante um certo período do mês de Maio, morreram em combate na guerra colonial, 98 jovens portugueses. Esta informação é dada pelas Forças Armadas em Angola e Moçambique e foi publicada na imprensa diária.



«Na Guiné nós lutamos de armas na mão; lutai, também vós, não digo de que modo, porque o problema é vosso; mas é preciso encontrar o meio e a forma de lutar contra o inimigo comum; será a melhor prova de solidariedade que nos podeis dar». (Amílcar Cabral).

CONVERSACÕES... MAS A GUERRA COLONIAL CONTINUA!

Londres, Lusaka, Argel. O longo caminho do ministro Mário Soares não encontrou ainda solução para o problema da política colonial no nosso País. E afinal é tão fácil. Basta saber que o fim estratégico da luta armada travada pelos povos é a sua libertação nacional. No caso de Angola, Guiné e Moçambique é acabar com a repressão, e a exploração colonial. É dar aos povos de Angola, Guiné e Moçambique, a imediata e completa independência nacional. O contrário significa, para Portugal, a continuação da guerra colonial e da exploração colonialista. Para os povos de Angola, Guiné e Moçambique significará o prosseguimento da luta armada, única via eficaz para a realização definitiva das suas aspirações.

EM ARGEL, AS CONVERSACÕES TERMINARAM

As conversações Portugal — P. A. I. G. C. não foram interrompidas, nem adiadas, terminaram. Para o P. A. I. G. C. só uma solução era possível — o reconhecimento da Guiné-Bissau como Estado independente. A atitude firme assumida pelo P. A. I. G. C. deve reforçar a luta anti-colonialista em Portugal e todas as organizações revolucionárias se devem unir numa atitude intransigente de denúncia do colonialismo e da guerra.

SOLDADOS EM ANGOLA RECUSAM COMBATER

Enquanto a J. S. N. e o Governo Provisório manobram no sentido de evitar que as colónias adquiram a sua independência, enquanto preparam uma solução neo-colonial, reafirma-se a oposição a tal política.

A identidade de interesses entre os povos das colónias e os trabalhadores portugueses está na base das atitudes políticas convergentes que, dum e doutro lado, apertam o cerco contra os interesses imperialistas em Angola, Guiné-Cabo Verde e Moçambique. Disso damos nota através de um dos vários documentos — este escrito em Angola — que atestam de maneira inequívoca a solidariedade entre os povos das colónias e os trabalhadores portugueses.

2.ª Companhia do Batalhão 4519
Quartel em Tchivovo, 31 de Maio de 1974
ANGOLA

«Viemos para Angola após o 25 de Abril e alguns de nós vieram porque a queda do fascismo se deu, esperanças que dentro em breves dias uma solução política resolvesse essa triste situação de guerra que se vem arrastando há treze anos. Não mais queremos sujeitar-nos a morrer ou a matar, já que está decidido que a solução desta guerra colonial é política e não militar.

Durante os poucos dias que temos de comissão, o que nós temos feito é escutar a Rádio, aguardando os resultados das conversações em Londres. Se relativamente à Guiné e Moçambique há um certo optimismo, no que respeita a Angola a situação torna-se cada vez mais grave. Temos

conhecimento dos últimos ataques em força a alguns aquartelamentos no Norte de Cabinda. Talvez o MPLA veja que este é o caminho para exigir conversações.

Acontece que nesta Companhia foi recebida hoje às 20 horas uma mensagem para manter preparados dois grupos de combate para actuar possivelmente no Norte. Conscientes da nossa condição de homens livres e não de animais cujo fim é o matadouro, nós, elementos constituintes desta Companhia, recusamo-nos peemptoriamente a tomar parte em tais operações.»

Fernando Faria de Castro, capitão miliciano
Carlos Manuel Barreiras, alferes miliciano
António Gonçalves Araújo, alferes miliciano
Manuel Meira Vieira, alferes miliciano
António Augusto da Silva Correia, alferes miliciano
Alfredo Manuel Barros de Sousa, furriel miliciano
Júlio Magalhães Moreira, furriel miliciano
Joaquim Francisco Gonçalves Faustino, furriel miliciano
Mário Manuel de Sousa Ferreira, furriel miliciano
Manuel Pereira Vieira, furriel miliciano
Manuel Carvalho Pontes, furriel miliciano
José Gonçalves Ferreira Pinto, furriel miliciano
José António Gamida Pereira, furriel miliciano

Miguel Pinto Fernandes, furriel miliciano
Luís Joaquim Ferreira dos Santos, furriel miliciano
António Marques Sanches Nunes, furriel miliciano
José Carlos Gomes Pinheiro, furriel miliciano
Jorge Manuel Almeida Gomes, furriel miliciano
Raul Jorge da Fonseca Nunes, furriel miliciano
José Augusto de Oliveira Ribeiro da Silva, furriel miliciano

1.º cabo Mendes; 1.º cabo Almeida; 1.º cabo Coelho; 1.º cabo Silva; 1.º cabo Pinto; soldados Pinto, Zehna, Jesus e Quaresma; 1.º cabo Ventura; soldado Franco; 1.º cabo Lucas; 1.º cabo Gomes; soldado Gomes; 1.º cabo Ângelo; soldado Reis; 1.º cabo Duarte; 1.º cabo Antunes; soldado Reis; soldado Neves; 1.º cabo Santos; 1.º cabo Fernandes; 1.º cabo Ferreira; 1.º cabo Segueiro; 1.º cabo Conceição; 1.º cabo Mendes; soldados Cerqueira, Machado, Joan, Ferreiro, Valente, Peres, Sanguer, Simões, Gonçalves, Clemente, Oliveira, Silva, Castro, Barbosa, Augusto; 1.º cabo Gomes; 1.º cabo Cruz; soldado Afonso; soldados Barros, Moreira e Jordão; 1.º cabo Fernandes; soldados Soares, Barbeira, Pinto; 1.º cabo Hilário; soldados Fernandes, Chenendé, Lancheze, Pereira, Gastão; 1.º cabo Rogério; 1.º cabo Zeca; soldado Reis; soldado Martino; soldado Fernando, soldado Mendes; 1.º cabo Cruz; soldado Marques; soldado Mota; soldados Bandulho e Gomes; 1.º cabo Machado; 1.º cabo Oliveira; 1.º cabo Albertino; 1.º cabo Soares; soldado Dias; 1.º cabo Gomes; sol-

dado Carvalho; soldado Ferreira; 1.º cabo Pinto; soldado Laveiro; 1.º cabo Lima; 1.º cabo Antunes; 1.º cabo Oliveira; soldado Sousa; soldado Bernardo; soldados José Maria, Matos, Mateus, Oliveira, Moreira, Satamba, Lopes, Branco, Mateus, Moura, Claro, Charama, Fernando, Santos, Moura, Pereira, Cunha, Vieira, Pacheco, Ferreira; 1.º cabo Marques; soldado Martins; soldados Bernardo, Diogo e Filipe; 1.º cabo Lopes; 1.º cabo Figueira; 1.º cabo Silva.

(Todos estes nomes foram transcritos numa gravação com as próprias vozes destes militares, havendo ainda cerca duma dezena que na circunstância foi impossível decifrar).

A Companhia a que se refere esta gravação é a 2.ª Companhia de Caçadores do Batalhão 4519 que se recusou em peso a sair para o Belize, Norte de Cabinda, no dia 31 de Maio. Estas notícias foram enviadas para Portugal por iniciativa dos próprios militares no dia 2 de Junho.

Camaradas!

OS NOSSOS CAMARADAS QUE NAS COLÓNIAS SÃO OBRIGADOS A CONTINUAR UMA GUERRA SEM SENTIDO PRECISAM DO NOSSO APOIO!

SIGAMOS O SEU EXEMPLO EXIGINDO O FIM IMEDIATO DA GUERRA!

TEMOS TODO O POVO AO NOSSO LADO!

EXIJAMOS DO GOVERNO O RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA PARA OS POVOS COLONIAIS!

AMÍLCAR CABRAL

UM POLÍTICO, UM GUERRILHEIRO

Publicamos hoje alguns textos escolhidos do camarada Amílcar Cabral fundador e Secretário-Geral do PAIGC, assassinado cobardemente em Janeiro de 1973. A sua morte não abafou a sua voz. A sua eliminação física não acabou com a obra que criou. Ao contrário, a sua figura cresceu aos olhos da África e do mundo, como um militante exemplar.

Amílcar Cabral tinha a dignidade do homem, a profundidade do pensador, a coragem do militante e a firmeza do político. Ao publicar os textos do camarada morto não queremos apenas homenagear o seu pensamento e a sua obra, mas também prestar solidariedade aos vivos, ao povo da Guiné e Cabo Verde, ao PAIGC, pela sua luta heróica contra o colonialismo.

Amílcar Cabral era um hábil diplomata e um chefe guerrilheiro. No seu pensamento aparece com invulgar clareza a interpenetração do combate político e da luta armada.

Se a luta armada é o caminho obrigatório da revolução, esta também não se leva a cabo sem teoria revolucionária.

Publicamos estes textos pela sua oportunidade para a situação da actual política colonial portuguesa e para que eles sejam uma arma nas mãos dos revolucionários:

A Guiné e Cabo Verde estão entre as primeiras colónias estabelecidas em África pelos europeus. Pode dizer-se que a Guiné é a primeira de todas. Depois da Conferência de Berlim, onde se fez a partilha da África entre as potências da altura, deu-se conta do que se chamava a ocupação efectiva dos territórios africanos. Portugal estava já presente nos nossos países da Guiné e Cabo Verde. Aqui a sua presença manifestava-se através dos chamados «donatários», que tinham ocupado as ilhas e que tentavam explorá-las utilizando sobretudo gente vinda de Portugal ou da Guiné; e nesta última, através dos entrepostos comerciais da costa e das tentativas de penetração para o interior.

Após a Conferência de Berlim, Portugal decidiu-se a ocupar efectivamente a Guiné. Isto provocou imediatamente uma reacção por parte das populações. Primeiro as populações costeiras: os Manjacos, os Papeis, sobretudo na zona que constitui hoje a ilha de Bissau; os Balantas, um pouco mais no interior, os Fulas, os Mandingas e praticamente todas as populações do país resistiram à ocupação portuguesa, no decurso daquilo a que os portugueses chamaram mais tarde as «guerras de pacificação», que duraram perto de meio século, durante o qual, segundo Teixeira Mota, não se passou, por assim dizer, um só dia em que não houvesse um confronto entre as nossas gentes e os portugueses.

Conhecemos todas as manobras de divisão realizadas pelos portugueses para poderem dominar, uma a uma, as diferentes tribus. Aproveitaram-se de todas as contradições entre as diversas etnias, entregando-se mesmo a actos que poderíamos considerar ilógicos e conseguiram sempre encontrar um ou outro africano, entre aqueles que eram influentes, para servir a sua causa.

Mas a verdade ficou gravada não somente na história, mas também no espírito do nosso povo. Esta grande capacidade de resistência fez com que o colonialismo português só pudesse terminar oficialmente essas famosas guerras de pacificação em 1917, embora na realidade elas só acabassem em 1936, quando ele conseguiu enganar os últimos resistentes bijagós, os quais no entanto não depuseram as armas; de facto, foram traídos e entregues por elementos da sua gente.

Esta tradição de resistência marca de uma maneira decisiva a nossa luta de libertação nacional. A partir dos anos 30, Portugal — onde o fascismo tinha sido instaurado — começou a implantar com mais facilidade a sua administração na Guiné. O facto da política portuguesa ter sido marcada por uma ditadura fascista num momento em que o nosso povo começou a ser verdadeiramente administrado por Portugal, caracteriza de modo flagrante a situação política do nosso país antes da luta de libertação nacional (...).

A primeira vez que nos dirigimos a esta IV Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas foi em 12 de Dezembro de 1962. Dez anos é, na verdade, um período bem longo e por vezes decisivo para a vida de um ser humano, mas é bem pouco no quadro do eterno devir da existência ou da história de um povo. Contudo, grandes modificações, radicais e irreversíveis, se operaram na vida do nosso povo. Infelizmente não nos é possível invocar a vossa memória para comparar a situação de ontem e a de hoje, porque a maioria senão a totalidade dos Representantes desta Comissão já não são os mesmos. Faremos pois um breve resumo do que se passava então.

COMO NASCEMOS

Era um momento crucial da história da nossa luta. O massacre de Pidjiguiti, perpetrado pelos colonialistas portugueses a 3 de Agosto de 1959 contra os estivadores de Bissau e os trabalhadores dos barcos de transporte fluvial em greve, tinha sido, à custa de 50 mortos e mais de uma centena de feridos graves, uma dolorosa lição para o nosso povo. Aprendemos que, contra os colonialistas portugueses, não era questão de escolher entre a luta pacífica e a luta armada. Eles tinham armas e estavam decididos a liquidar-nos.

Decidimos então, no decurso de uma reunião clandestina da direcção do nosso Partido, realizada em Bissau em 19 de Setembro de 1959, suspender todas as acções reivindicativas nas cidades e prepararmo-nos para a luta armada. Para tanto precisávamos de uma sólida base política no meio rural e, após três anos de intensa actividade de mobilização e organização das populações rurais, tínhamos conseguido criá-la, apesar da vigilância constante das autoridades coloniais. Sentindo soprar as brisas anunciadoras daquilo a que um dirigente inglês chamou «o vento da mudança», os colonialistas portugueses desencadearam uma vasta acção de repressão policial e militar contra as forças nacionalistas. Em Junho de 1962, mais de 2000 patriotas suspeitos de

nacionalismo tinham sido presos em todo o país. Várias aldeias foram queimadas e as suas populações massacradas. Dezenas de compatriotas foram queimados vivos ou afogados nos rios. Nas prisões, a tortura fizera dezenas de vítimas. A dialéctica da repressão tinha galvanizado a determinação do nosso povo em luta. Algumas escaramuças tinham já tido lugar entre patriotas armados e as forças de repressão colonialista.

A ONU E A LUTA DO PAIGC

Face a uma tal situação, acreditamos então que só uma intervenção adequada e eficaz da ONU, a favor dos direitos inalienáveis do nosso povo, saberia levar o governo português a respeitar a moral e a legalidade internacional do nosso tempo.

Alguns poderão, à luz dos acontecimentos posteriores, considerar que éramos então ingénuos. Pensámos que era nosso dever dirigirmo-nos à organização internacional. Foi num tal contexto que julgámos indispensável apresentarmo-nos à IV Comissão. A nossa mensagem foi, de facto, o apelo de um povo confrontado com uma situação particularmente difícil, mas determinado a pagar o preço necessário para a reconquista da sua dignidade e da sua liberdade. A nossa mensagem foi igualmente uma prova de confiança na força dos princípios e na capacidade de acção da ONU.

Que dissemos então perante a IV Comissão?

Em primeiro lugar definimos claramente as razões e os objectivos da nossa presença perante a ONU. Dissemos isto:

«Estamos aqui como representantes do povo africano da Guiné «portuguesa» e das ilhas de Cabo Verde. O nosso povo confia inteiramente no nosso Partido — o PAIGC — organização que o organizou e mobilizou para a luta de libertação nacional, para a tarefa difícil de liquidar entre nós o colonialismo. O nosso povo está, como sabeis, amordaçado pela ausência total das liberdades fundamentais e pela repressão colonial portuguesa. Considera como seus representantes legítimos, tendo o direito e o dever de falar em seu nome, aqueles que ao longo dos últimos 15 anos da história da África têm defendido os seus interesses de todas as formas possíveis. Viemos aqui a fim de, com base na situação concreta do nosso país e com o apoio das leis internacionais, encontrar convosco e com a própria delegação portuguesa a via mais curta e mais eficaz para acabar urgentemente com o colonialismo português na Guiné e Cabo Verde.

«Para nós, para o nosso povo e para o nosso Partido, chegou a hora de pôr termo às indecisões e às promessas, a hora de tomar decisões definitivas e de praticar actos concretos. Já suportámos demasiados sacrifícios, mas estamos decididos a aceitar ainda mais para reconquistar a nossa liberdade e a nossa dignidade de homens, quaisquer que sejam os caminhos a seguir. Não é por acaso que só agora considerámos indispensável a nossa presença aqui. Para agir, sobretudo no quadro dos problemas que aqui nos trouxeram, são necessários meios, meios legais, humanos e materiais. Acontece que, no decurso destes últimos anos, estes meios se acumularam tanto para a ONU como para o nosso povo em

luta. Estamos convencidos de que chegou o momento de agir e que as Nações Unidas e o nosso povo podem, na realidade, agir. Para isso achamos que uma colaboração estreita e eficaz é indispensável. Nós temos o direito e o dever de ajudar a ONU, para que ela nos ajude a conquistar a nossa liberdade e a nossa independência nacional. A nossa ajuda reside sobretudo na informação concreta sobre a situação do nosso país, na definição clara da nossa posição, na apresentação de propostas concretas para a solução do nosso caso».

Depois de se ter exposto a situação prevalecte do país, principalmente no que dizia respeito ao recrudescimento da repressão policial e militar, ao carácter falso das chamadas «reformas» adoptadas pelo governo português em Setembro de 1961 e às perspectivas do desenvolvimento da nossa luta, tínhamos então analisado o problema da legalidade ou ilegalidade desta luta. Dispensamo-nos de relembrar as passagens desta análise e menciono apenas o ponto seguinte:

«A resolução sobre a descolonização não comprometeu unicamente Portugal e o nosso povo a acabar com a dominação colonial entre nós. Comprometeu a própria ONU a fazer todo o possível para acabar com a dominação colonial onde quer que ela se encontre, a fim de facilitar o acesso de todos os povos colonizados à independência nacional. Estamos convencidos de que o governo português não pode continuar impune na prática obstinada de um crime internacional. Estamos igualmente convencidos de que a ONU dispõe de todos os meios necessários para conceber e realizar medidas concretas e eficazes, tanto para fazer respeitar

(continua na pág 12)



Revolução

os princípios da Carta, como para impor a legalidade internacional no nosso país e defender os interesses da paz e da civilização.

A LUTA ARMADA

O fim estratégico da nossa luta armada de libertação nacional é, evidentemente, libertar o nosso país do jugo colonial português. É o fim estratégico, em definitivo, de todos os movimentos de libertação nacional que, impelidos pelas circunstâncias, pegam em armas para lutar contra a repressão e a presença colonial. Nós, na nossa luta, baseámos os nossos princípios num conhecimento profundo das condições do nosso país. Por exemplo, decidimos que devíamos começar a luta no interior do país e que não devíamos lutar do exterior, pelo que nunca tivemos forças armadas fora do país. É por isso mesmo que em 1963 desencadeámos a luta armada no centro, no sul e no norte. Isto significa que, contrariamente ao que fazem os povos que lutam em África ou noutros lados pela independência nacional, adoptámos uma estratégia a que poderíamos chamar centrífuga: partir do centro para a periferia. E este facto provocou grande surpresa nos portugueses que tinham concentrado as suas tropas na fronteira da Guiné e do Senegal, pensando que iam invadir o país do exterior. Mobilizámos o nosso povo, organizámo-lo clandestinamente tanto nas cidades como no meio rural, preparámos os nossos quadros, armámos as poucas pessoas que tínhamos possibilidade de armar, tanto com armas tradicionais como com armas modernas, e iniciámos a nossa acção a partir do centro (...).

AS DIFICULDADES DA NOSSA LUTA

As dificuldades da luta foram sobretudo dificuldades inerentes à nossa própria situação de país não-desenvolvido cuja história foi travada pela dominação colonialista, imperialista. Um povo que parte do nada como o nosso, um povo que teve de começar a lutar semi-nu, um povo que tinha 99% de analfabetos (já podem ver o esforço de alfabetização que temos de fazer para criar escolas), um povo que tinha apenas 14 homens com formação universitária, não podia deixar de ter dificuldades para empreender a luta armada.

Além disso havia um problema comum à África mas que estava agravado entre nós: o nosso povo não só era subalimentado como também vítima de numerosas doenças, porque os portugueses nunca se preocuparam com a criação de uma saúde pública decente. Tudo levantou dificuldades no início da nossa luta.

Uma outra dificuldade é a seguinte: a nossa própria cultura africana, que corresponde à estrutura económica que ainda é a nossa, provocou dificuldades em certos aspectos da luta. Serão coisas que aqueles que julgam a luta do exterior não têm em conta, mas que nós tivemos de tomar em consideração, porque uma coisa é lutar num meio onde todos os homens sabem muito o que são a chuva, as cheias, os relâmpagos, a trovada, o tufão, o tornado, e outra coisa é lutar num meio onde os fenómenos naturais podem ser interpretados como resultado da vontade dos espíritos.

Isto é muito importante numa luta como a nossa. Outra dificuldade é a seguinte: o nosso povo lutou utilizando as armas tradicionais contra a dominação colonial. Mas hoje temos de travar uma guerra moderna. Uma

guerra de guerrilhas, mas moderna, com táticas modernas. Também isso nos criou dificuldades: é necessário formar quadros, preparar combatentes, de modo a adaptá-los a este género de luta. Fomos obrigados a prepará-los no decurso da própria luta, porque não tivemos tempo de criar escolas. Só agora, como sabem, é que temos escolas de combatentes.

Tivemos pois de fazer a aprendizagem da luta armada. Enquanto que os oficiais portugueses, que dirigem a luta portuguesa, saem das academias militares após 7 anos de preparação, além dos cursos de base em que participam, nós tivemos de mobilizar jovens da cidade ou dos campos, alguns deles sem nenhuma instrução, obrigados a adquirir ao longo da luta a experiência necessária para enfrentar os oficiais portugueses. Basta dizer que o governo português se viu obrigado a mudar 5 vezes o Estado Maior no nosso país e que alguns oficiais foram mesmo castigados. Não é preciso ir à academia militar para lutar na própria terra, para conquistar a liberdade do seu povo (...).

IMPERIALISMO = A VIOLENCIA

Os factos dispensam-nos de provar que o instrumento essencial da dominação imperialista é a violência. Se aceitamos o princípio segundo o qual a luta de libertação é uma revolução e que não acaba no momento em que se iça a bandeira e se toca o hino nacional, veremos que não há, nem pode haver, libertação nacional sem utilização da violência libertadora por parte das forças nacionalistas, para responder à violência criminosa dos agentes do imperialismo. Ninguém duvida de que, quaisquer que sejam as características locais, a dominação imperialista implica um estado de violência permanente contra as forças nacionalistas. Não há povo sobre a terra que, tendo estado submetido ao jugo imperialista (colonialista ou neo-colonialista), tenha conquistado a sua independência (nominal ou efectiva) sem vítimas. O que importa é determinar quais são as formas de violência que devem ser utilizadas pelas forças de libertação nacional, para responder, não só à violência do imperialismo, mas também para garantir pela luta a vitória final da sua causa: a verdadeira independência nacional.

As experiências vividas por certos povos, a situação actual da luta de libertação no mundo, assim como a situação de violência permanente, ou pelo menos de contradições e de sobressaltos, na qual se encontram certos países que conquistaram a sua independência pela via dita pacífica, demonstram não apenas que os compromissos com o imperialismo são inoperantes, mas ainda que a via normal de libertação nacional, imposta aos povos pela repressão imperialista, é a luta armada (...).

SÓ OS OPORTUNISTAS POLÍTICOS SÃO TRIBALISTAS

Quanto às questões tribais, a nossa opinião a esse respeito é bastante diferente da de outros. Consideramos que, quando os colonos chegaram a África, a estrutura tribal estava já em vias de se desagregar, a partir da evolução económica e dos acontecimentos históricos no quadro africano. Não se pode dizer que hoje a África seja tribal. Há ainda em África restos de tribalismo, particularmente na mentalidade das pessoas, mas não na estrutura económica propriamente dita. Por outro lado, se o colonialismo fez alguma coisa posi-

tiva foi a destruição em grande parte dos restos de tribalismo que subsistiam em diferentes sítios do nosso país.

Por isso não tivemos grandes dificuldades no plano tribal. Tivemos dificuldades em criar no nosso povo uma consciência nacional e é a própria luta que cimenta esta consciência nacional. Mas em geral, qualquer que seja o grupo étnico a que pertençam, é fácil levar as pessoas a considerar que somos um povo, uma nação que deve lutar contra a dominação portuguesa, porque nós não recorremos a frases feitas, nem à luta contra o colonialismo, contra o imperialismo, mas a coisas concretas. É uma luta para ter pão, para ter terra, mas livremente. Uma luta para ter escolas, para que as crianças não sofram, para ter hospitais. É isso a nossa luta. É também uma luta para mostrar à face do mundo que somos gente com dignidade, com a sua personalidade própria. Foram estas as razões que arrastaram o nosso povo.

Também sabemos que o que subsistia de tribalismo foi destruído pela luta armada que conduzimos. Por outro lado, devemos insistir no facto de o povo africano (tanto no nosso país como no Congo, onde se produziram coisas terríveis do ponto de vista tribal) não é tribalista. **Só os oportunistas políticos são tribalistas (...).**

LIBERTAR É CONSTRUIR

E que ninguém se espante se ousamos afirmar que não nos sentimos orgulhosos pelo facto de em cada dia, e por força das circunstâncias criadas ou impostas pelo governo português, sucumbirem ingloriamente grande número de jovens portugueses, sob o fogo dos nossos combatentes. Estamos orgulhosos, sim, da consciência nacional das nossas populações, da unidade do povo forjada na luta, do desabrochar simultâneo das culturas dos diversos grupos étnicos, das escolas, dos hospitais, dos pontos sanitários que funcionam em pleno dia apesar dos bombardeamentos e dos assaltos dos colonialistas (...). Estamos orgulhosos por ver milhares de adultos alfabetizados, por verem os camponeses utilizarem comprimidos e outros medicamentos muito simples, mas que até aqui nunca tinham tido a sorte de conhecerem; por termos formado, no decurso da luta, 497 quadros superiores, médios e profissionais; pelo facto de neste momento 495 rapazes e raparigas frequentarem escolas superiores, médias e profissionais em países da Europa, enquanto 15 000 crianças escolarizadas frequentam 156 escolas primárias e 5 escolas secundárias, internas e semi-internas, onde o ensino lhes é ministrado por 251 professores e professoras.

Fazemos questão de reafirmar perante vós esta certeza: nenhuma força do mundo será capaz de evitar a libertação total do nosso povo e a conquista da independência nacional do nosso país. Reafirmamos igualmente o carácter indestrutível da unidade do nosso povo africano da Guiné e Cabo Verde, assim como a nossa determinação inquebrantável de libertar do jugo colonial e da ocupação militar portuguesa todas as parcelas do nosso território nacional (...).

Queremos salientar particularmente o facto de que a mulher no nosso país está a conquistar uma independência pela qual muita gente lutou sem a alcançar. Puderam ver que os responsáveis, tanto dos comités de tabancas como dos comités regionais, e mesmo os responsáveis a nível superior com os comités inter-regionais, são muitas vezes mulheres responsá-

veis, mulheres conscientes do seu valor, conscientes do seu papel no seio do nosso Partido e pode-se dizer que no nosso Partido, em todos os níveis a mulher está presente (...).

O INTERNACIONALISMO

O fenómeno neo-colonialista mostrou-nos que não se pode duvidar da relação estreita que existe entre a nossa luta e a luta da classe operária internacional; mas antes de encetar uma aproximação entre o nosso campesinato e o movimento operário internacional, impunha-se primeiro tentar multiplicar os contactos entre este campesinato e os nossos próprios assalariados. A situação colonial já antiga da América Latina e a posição do proletariado norte-americano ilustram bem a ausência de tais contactos (...).

Pensamos também que a esquerda europeia e os movimentos operários internacionais deveriam reconhecer as suas responsabilidades intelectuais no estudo e na análise da situação concreta dos nossos países. Trata-se precisamente de um contributo necessário, porque nos faltam instrumentos para a nossa própria análise. Além disso, impõe-se apoiar materialmente os movimentos de libertação autenticamente revolucionários. Em resumo: estudo e análise dos movimentos, luta por todos os meios possíveis contra tudo o que possa ser utilizado para a repressão contra os nossos povos. Penso em particular na expedição e na venda de armas, etc. Queria, por exemplo, que os amigos italianos soubessem que apreendemos aos portugueses muitas armas italianas, sem falar, naturalmente, das armas fran-

cesas. É preciso ainda desmascarar corajosamente todos os movimentos de libertação nacional submetidos ao imperialismo (...).

Creio também que são a esquerda e os movimentos operários internacionais que devem chamar à responsabilidade os Estados que reivindicam o socialismo, e denunciar abertamente todos os Estados neo-colonialistas.

Penso que é bom lembrar à esquerda ocidental, e mais particularmente aos seus elementos jovens, que ela se deve preparar para uma actividade militante simultaneamente de estudo e de acção concreta nos países do terceiro mundo (...).

Queria para concluir acrescentar algumas palavras sobre a solidariedade entre os movimentos operários internacionais e a nossa luta de libertação nacional. **Das duas, uma: ou admitimos que cada um está interessado na luta contra o imperialismo, ou recusamos admiti-lo. Se é verdade, como tudo leva a crer, que existe um imperialismo cujo objectivo é, ao mesmo tempo, dominar a classe operária mundial e abafar os movimentos de libertação nacional dos países subdesenvolvidos, devemos ver nele um inimigo comum contra o qual temos de lutar em conjunto. É vão discutir longamente sobre a solidariedade, pois que de facto se trata de luta (...).**

ACABAR COM A EXPLORAÇÃO DO HOMEM PELO HOMEM

Libertar-se da dominação estrangeira não é o único desejo do nosso povo. Ele aprendeu pela experiência e sob a opressão colonial que a exploração do homem pelo homem é o maior obstáculo ao desenvolvimento e ao progresso de um povo, para além

(continua na pág. 14)





A LUTA CONTINUA

(continuação da pág. 12)

da libertação nacional.

Esse povo está determinado a participar activamente na construção de uma África nova, realmente independente e progressista, fundada no trabalho e na justiça social, na qual a potência criadora dos nossos povos, abafada durante séculos, possa encontrar a sua mais livre e construtiva expressão.

Estamos conscientes do facto de que a nossa vitória não será fácil. Temos uma experiência multiseccular sobre a natureza do nosso inimigo e as particularidades que o caracterizam em relação às outras forças colonialistas. Embora ele esteja isolado, não devemos esquecer que dispõe ainda de forças de destruição muito superiores às nossas e que, de maneira aberta ou secreta, é ajudado e sustentado por outras forças inimigas da liberdade e do progresso dos povos africanos.

Por isso, lutamos também contra o imperialismo mundial (...).

Qual é, face a uma tal situação e à nossa determinação, a atitude do governo de Portugal? Até à morte de Salazar, cuja mentalidade arcaica não podia conceber que concessões mesmo fictícias fossem feitas aos africanos, tratou-se apenas de radicalizar a guerra colonial. Ele, Salazar, repetia para quem queria ouvir: «A África não existe» — afirmação que exprime um racismo demente e que também sintetiza na perfeição os princípios e a prática da política colonial portuguesa de todos os tempos — ele não saberia, na sua idade, sobreviver a esta afirmação maior da existência da África, isto é, a resistência armada vitoriosa dos povos africanos face à guerra colonial portuguesa. Salazar era um crente fanático no dogma da superioridade do europeu e da inferioridade do africano. Morreu, como se sabe, com o espinho da África atravessado...

Por outro lado, o seu sucessor Marcelo Caetano é um teórico (professor de Direito Colonial na Faculdade de Direito de Lisboa) e um prático (ministro das Colónias durante vários anos). Ele, Caetano, que pretende como muitas vezes afirma, «conhecer os negros», optou por uma política nova que, nas relações sociais, deve ser a do bom patrão que aperta a mão do seu criado; no plano político, no interior, a da velha táctica do pau e da cenoura, no exterior, a de utilizar os argumentos ou as próprias palavras do agressor para o confundir, conservando sempre a sua própria posição. É essa, aliás, a diferença entre o salazarismo de Salazar e o neo-salazarismo de Caetano. Os fins são os mesmos: a perpetuação da dominação branca sobre as massas negras do nosso país (...).

É verdade que a guerra está ainda acesa na Guiné e que devemos ainda fazer sacrifícios para levar a cabo a libertação da nossa pátria, o que aliás acontece já e aconteceu também a outros povos que dispõem de governo próprio e de personalidade jurídica internacional. Mas é também verdade que, graças à solidariedade internacional, dispomos cada dia de maior número de meios eficazes para infligir golpes duros às tropas coloniais portuguesas. E que a determinação do nosso povo, assim como a coragem e a experiência dos nossos combatentes, são cada dia maiores.

PORTUGAL DERROTA INEVITAVEL

E se não afirmamos que Portugal se arrisca a uma derrota militar entre nós, é simplesmente porque ele nunca



teve nenhuma oportunidade de sair vitorioso. E só podem sofrer derrotas aqueles que têm pelo menos uma oportunidade de ganhar.

É também porque nós continuamos, como sempre, vinculados aos nossos princípios de paz, de procura do diálogo e da negociação, como termo do conflito que opõe o nosso povo ao governo de Portugal.

Nas ilhas de Cabo Verde, onde alastra de novo a fome, enquanto os colonialistas reforçam a repressão por causa do progresso da nossa acção política, estamos determinados a desenvolver a luta por todos os meios necessários, a fim de libertar o nosso povo africano do jugo colonial português.

Denunciamos perante vós o facto revoltante de o governo de Portugal se aproveitar da fome que grassa no arquipélago para exportar trabalhadores para Portugal e para outras colónias, a fim de enfraquecer as forças vivas do nosso povo e de tentar assim minar a nossa luta. Fazemos questão em reafirmar que, na base da comunidade de sangue, de história, de interesses e de luta das populações da Guiné e de Cabo Verde, estamos determinados a todos os sacrifícios necessários para libertar o arquipélago do domínio colonial (...).

Derrotados pela resistência invencível do nosso povo e pelo desenvolvimento da nossa luta, os colonialistas portugueses adoptaram no decurso dos últimos anos uma linguagem e atitudes «novas», mas que não são mais do que velhas manhas de todos os colonialistas. Tudo isto para tentarem enganar-nos e procurarem realizar assim o objectivo principal da política colonial portuguesa. Querem manter, com a sua dominação no país, o nosso povo africano em condição de **menoridade histórica**, como se ele, incapaz de caminhar pelo seu próprio pé e de se guiar pela sua própria cabeça, precisasse de ser conduzido pelo tutor colonialista através dos «caminhos perigosos da autodeterminação, de liberdade e do progresso».

Com o fim criminoso de pôr em prática os seus planos, e levados por um racismo primitivo e doentio, os colonialistas portugueses começaram a falar da reconstrução de uma «Guiné

melhor», fizeram concessões ilusórias que só enganam os ingénuos ou os traidores, prometeram a chamada «autodeterminação sob a bandeira portuguesa», tentaram seduzir os oportunistas com uma autonomia para portugueses de terceiro grau, e foram ainda mais longe: dizem que vão realizar o programa do nosso Partido e têm o descaramento de falar de «revolução social» e de «progresso» da Guiné e de Cabo Verde, coisa que não ousariam fazer em Portugal, onde o povo vive na miséria, na ignorância e no medo, sob a opressão de um regime fascista medieval, velho de quase meio século.

Mas o nosso povo africano sabe muito bem que a serpente pode mudar de pele, mas é sempre uma serpente... Ao longo de dezasseis anos de vida do nosso Partido e de quase dez anos de resistência à guerra colonial por meio de uma luta armada cheia de sucesso — o nosso povo provou já suficientemente a sua maioridade face à história, a sua capacidade de caminhar pelo seu pé, guiado pela sua própria cabeça Livre e soberano na maior parte do nosso país, decidido a libertar-se totalmente da presença colonial portuguesa, tanto no continente como nas ilhas, enfrentando com coragem as bombas assassinas e os assaltos terroristas dos colonialistas portugueses, o nosso povo votou e votará ao fracasso todas as manobras demagógicas e mentirosas dos colonialistas.

O FEITIÇO CONTRA O FEITICEIRO

Com efeito, a chamada **nova política do Ultramar** de Marcelo Caetano está condenada, no nosso país, a uma derrota tão grande como as intenções criminosas que a inspiraram. Podemos mesmo dizer que «o feitiço se voltou contra o feiticeiro». Na realidade, não somente esta política não pode desmobilizar nem desmoralizar o nosso povo e os nossos combatentes, como contribuiu mesmo para acelerar a tomada de consciência política de largas camadas sociais dos centros urbanos e das zonas ainda ocupadas pelo inimigo. Se é verdade que um punhado de oportunistas soube tirar o máximo proveito das concessões materiais e sociais que o inimigo é forçado a fazer, é igualmente verdade que as populações das ilhas de Cabo Verde assim como as das aldeias da Guiné ainda ocupadas, estão cada vez mais interessadas na luta, têm confiança no nosso Partido e não escondem o seu patriotismo e a sua adesão crescente à causa da independência do nosso povo (...).

Se a queda do fascismo em Portugal poderia não conduzir ao fim do colonialismo — hipótese aliás admitida por alguns dos líderes da oposição portuguesa — nós estamos certos de que a liquidação do colonialismo português arrastará a destruição do fascismo em Portugal. Através da nossa luta de libertação, nós contribuímos eficazmente para a queda do fascismo português e damos ao povo de Portugal a melhor prova da nossa solidariedade.

Este facto é um motivo de orgulho para os nossos povos, que esperam do povo português a mesma solidariedade, pelo reforço da luta contra o fascismo (...).

ANTEVISÃO DOS FACTOS CRIMINOSOS DE DE JANEIRO DE 1973

O objectivo principal do inimigo é o de destruir o nosso Partido, por-

que em África e no mundo inteiro o seu prestígio e o prestígio dos seus principais dirigentes estão no seu apogeu.

Ele está convencido de que a prisão ou a morte do principal dirigente significaria o fim do Partido e da nossa luta.

Por isso mesmo, o objectivo real dos portugueses na sua tentativa de invasão da República da Guiné (Conakry), em 22 de Novembro de 1970, era o assassinato do secretário-geral do Partido... e a destruição da base na rectaguarda da revolução constituída pelo regime de Sékou Touré.

Numa palavra, destruir o Partido agindo no seu interior.

O plano inimigo far-se-á em três fases:

PRIMEIRA FASE:

Actualmente, muitos compatriotas abandonam Bissau e outros centros urbanos para se juntarem às nossas fileiras. Nesta ocasião, o general Spínola espera poder introduzir agentes (antigos ou novos membros do Partido) nas nossas fileiras.

A sua tarefa: Estudar as fraquezas do nosso Partido e tentar provocações apoiando-se no racismo, no tribalismo, opondo os muçulmanos aos não-muçulmanos, etc.

SEGUNDA FASE:

1. Criar uma rede clandestina (penetrando, por exemplo, no Partido e nas forças armadas).

2. Criar uma direcção paralela, se possível com um ou dois agentes e alguns dirigentes actuais do Partido (de entre os descontentes).

3. Desacreditar o secretário geral, para preparar a sua eliminação no quadro do Partido ou, se a necessidade se impuser, pela sua liquidação física.

4. Preparar a nova «direcção» clandestina para fazer dela o verdadeiro organismo dirigente do PAIGC.

5. Paralelamente, lançar uma grande ofensiva para aterrorizar as populações dos territórios libertados.

TERCEIRA FASE:

a) No caso de falhar a segunda fase, tentar um golpe contra a direcção do Partido, fazendo assassinar o seu secretário-geral.

b) Formar uma nova direcção baseada no racismo e opondo guineenses e caboverdianos, utilizando o tribalismo e a religião (muçulmanos contra não-muçulmanos).

c) Impedir a luta no interior do país, liquidar os que permanecem fiéis à linha do Partido.

d) Entrar em contacto com o governo fantoche na Guiné-Bissau que seria designada «Estado da Guiné» e faria parte da comunidade portuguesa.

e) Postos importantes estão prometidos pelo general Spínola a todos os que executarem o plano.

Conclusão: Devemos reforçar a nossa vigilância para desmascarar e eliminar os agentes do inimigo, para defender o Partido e encorajar a luta armada. Assim poderemos frustrar todos os planos criminosos dos colonialistas portugueses.

O inimigo tentou corromper os nossos homens, mas a esmagadora maioria dos responsáveis contactados não aceitou vender-se, comportaram-se como dignos militantes do nosso Partido e contribuíram mesmo para castigar severamente os portugueses que tentavam comprá-los, como foi o caso dos quatro oficiais, próximos colaboradores de Spínola, liquidados no norte do país.

AVISO À POPULAÇÃO

O Inimigo atravessa o Rio Zambeze para fugir da presença da Tropa e também para fazer milando com outras populações.

A Tropa tem que defender as populações desses bandidos. Mas a Tropa quando vê gente no rio não sabe se é gente da população, se é bandido.



A população não deve atravessar o rio.

A população não deve andar junto com bandido.

Tropa vai matar bandido que atravessar o Rio Zambeze.

Tropa vai deitar fogo a todos os barcos. Não atravessem o rio. Foge dos bandidos.

SE NÃO, MORRERÁS.

GUINÉ: 18 ANOS DE LUTA

19-9-1956 — Amílcar Cabral e mais seis nacionalistas, entre os quais Luís Cabral e Aristides Pereira, têm uma reunião secreta em Bissau da qual resulta o aparecimento do Partido Africano para a Independência da Guiné e das ilhas de Cabo Verde (PAIGC).

3-8-1959 — A primeira greve dos estivadores do porto de Pidjiguiti, em Bissau, organizada pelo PAIGC, termina num mar de sangue. Polícia, soldados e colonos disparam sobre os manifestantes, tendo resultado 50 mortos.

19-9-1959 — Tirando os ensinamentos do massacre de Pidjiguiti, os dirigentes do PAIGC reunidos em Bissau decidem passar à acção directa no caso de o governo português recusar o diálogo.

Novembro de 1960 — Pouco depois da adopção da resolução do Conselho de Tutela da O. N. U. que reconhece como colónias (e não como «provincias ultramarinas») os territórios dominados por Portugal, o PAIGC enviou ao governo de Lisboa uma nota na qual afirma «que ainda é possível proceder à liquidação pacífica da dominação colonial portuguesa».

Agosto de 1961 — Início das operações de sabotagem contra as insta-

lações portuguesas no sul.

23-1-1963 — Ataque à caserna de Tite.

Julho de 1963 — Conferência dos quadros do PAIGC onde se discute sobre a organização da luta nas ilhas de Cabo Verde.

Janeiro/Março de 1964 — Agora que o sul, está completamente libertado, os guerrilheiros atacam a ilha do Como (no sudoeste) que as tropas colonialistas foram obrigadas a abandonar.

13/17-2-1964 — 1.º Congresso do PAIGC nas zonas libertadas.

Novembro de 1964 — Com a extensão da luta à frente leste, todo o território está atacado pela guerrilha.

Agosto de 1965 — Primeira visita de uma Missão militar da O. U. A. (Organização de Unidade Africana) às regiões libertadas.

Dezembro de 1965 — Reorganização das forças de guerrilha do PAIGC e criação das F. A. R. P. (Forças Armadas Revolucionárias do Povo).

Julho de 1967 — Início das emissões radiofónicas do PAIGC — Rádio Libertação.

5-2-1968 — Com a tomada da base fortificada de Medina-Boé completa-se a libertação de sul e sudeste do País.

19-2-1968 — Ataque ao aeroporto de Bissalanga, a 10 km de Bissau.

24-6-1969 — O Comité de Descolonização da O. N. U. pede a Portugal para se retirar dos territórios africanos.

18-8-1969 — Cinco desertores portugueses, apresentados por Amílcar Cabral à Imprensa Internacional em Argel, denunciam as atrocidades praticadas pelos colonialistas portugueses.

22-11-1970 — Durante a invasão da Guiné-Conakry com a cumplicidade das tropas colonialistas portuguesas, o Quartel-General do PAIGC é atingido, assim como, a residência de Amílcar Cabral que se encontrava de visita a Sofia.

2/9-4-1972 — Uma Missão Especial da O. N. U. visita as regiões libertadas. Num relatório elaborado pela Missão afirma-se que o PAIGC «é o representante autêntico e único do povo deste território e pede às instituições especializadas e outros organismos das Nações Unidas de tomarem este facto em consideração».

6-5-1972 — Ataque e destruição parcial da Rádio de Nhera, a mais potente da Guiné-Bissau, a 25 km da capital.

22-11-1972 — O PAIGC obtém o estatuto de observador na O. N. U.

8-1-1973 — Amílcar Cabral declara em Acara, durante a reunião do Comité de Libertação da O. U. A., que «a Guiné-Bissau é comparável a um Estado independente que tem uma parte do seu território, principalmente os centros urbanos ocupados por forças militares estrangeiras».

20-1-1973 — Assassinato de Amílcar Cabral em Conakry.

Fevereiro/Julho de 1973 — À memória do dirigente assassinado, o PAIGC lança uma grande ofensiva. Pela primeira vez os guerrilheiros utilizam mísseis terra-ar contra os aviões portugueses. Em cinco meses são abatidos 20 aviões portugueses.

O comandante das forças aéreas portuguesas é morto no seu aparelho atingido por um míssil.

Julho de 1973 — 2.º Congresso do PAIGC nas regiões libertadas da frente leste. Confirmação da proclamação do Estado antes do fim do ano.

Aristides Pereira é eleito Secretário-Geral do Partido; Luís Cabral é eleito Secretário-Geral adjunto.

24-9-1973 — Às 8.55 h em Boé, no sudeste do país é proclamada a República da Guiné-Bissau. Luís Cabral é eleito presidente.

2-11-1973 — A Assembleia-Geral da O. N. U. aprovou uma resolução que «acolhe com prazer a recente ascensão do Povo da Guiné-Bissau à Independência que, assim criou o Estado soberano da Guiné-Bissau».

Esta resolução é aceite por 93 países a favor, 7 contra (Brasil, Grécia, Portugal, África do Sul, Espanha, Inglaterra e Estados Unidos) e 30 abstenções.

O texto exige a retirada imediata das forças colonialistas portuguesas e, sobretudo, chama a atenção do Conselho de Segurança «sobre a situação crítica que resulta da presença ilegal de Portugal na Guiné-Bissau» e sobre a necessidade de tomar «em prioridade» todas as medidas necessárias «para o restabelecimento da integridade territorial da República da Guiné-Bissau».

TRABALHADORES DOS C.T.T. — UMA LUTA A APOIAR

A vaga de movimentos que os trabalhadores dos vários ramos da actividade nacional vêm a desencadear no sentido da satisfação das suas legítimas aspirações, são a confirmação inequívoca de, entre outros, os aspectos seguintes:

— As péssimas condições de vida a que os trabalhadores estavam sujeitos em virtude da sobre-exploração do seu trabalho por parte do capital.

— A maturidade política de que, surpreendendo muito «boa» gente, os trabalhadores dão provas.

— A extraordinária capacidade de organização dos trabalhadores, mormente da classe operária.

— O carácter burgês do 25 de Abril e da democracia daí resultante.

— O carácter vincadamente reaccionário do capital que procura, através das mais vis manobras, eternizar a sobre-exploração anteriormente existente.

É face à autêntica explosão reivindicativa dos trabalhadores que se estende de norte a sul do país que se têm demarcado posições. Os apelos para que não se recorra à greve, as ameaças que, dum e doutro lado, recaem sobre os trabalhadores em luta, a censura mais ou menos subtil que é exercida sobre órgãos da informação, a repressão que já começou a mostrar-se claramente com a prisão de Saldanha Sanches, eis toda uma série de manobras que, para além de não terem tido os resultados pretendidos, mostram inequivocamente que a reacção continua de pé, continua no poder.

A luta dos trabalhadores dos CTT — que tudo fizeram para evitar a greve — provocou da parte do Governo Provisório reacções que, se inúmeras desvantagens

acarretam, têm o mérito de porem a nú o reaccionarismo que objectivamente anima os pseudo-revolucionários que aceitaram os sofás dos ministérios.

Se é um facto que as greves — neste caso a dos CTT — afectam camadas mais ou menos largas da população, a verdade é que tal constitui mais uma razão para que as justas reivindicações sejam obtidas. **Porque os trabalhadores dos CTT se viram coagidos a entrar em greve pela conquista dos seus direitos, porque contra eles se montou toda uma máquina reaccionária, deturpadora e opressiva, porque consideramos justa a sua luta, porque consideramos que essa luta val ao encontro dos interesses profundos das classes trabalhadoras, «REVOLUÇÃO» não podia deixar de a apoiar total e incondicionalmente.**

Nesse sentido, incluímos à última hora o 2.º comunicado da Comissão Pró-Sindicato dos CTT, bem como o apelo dirigido aos trabalhadores.

Comunicado n.º 2 à população

Acaba o governo de emitir um comunicado transmitido pelos órgãos da informação, nomeadamente a RTP, sobre a actual situação dos trabalhadores dos CTT e da sua luta em defesa dos seus legítimos interesses.

Contém esse comunicado uma incorrecção de base e uma falsidade importantíssima. Essa incorrecção consiste em, após tomada, colectiva e democraticamente, uma decisão pelos trabalhadores que encarregaram a sua Comissão Pró-

-Sindicato de organizar a greve que decidiram, atribuir a responsabilidade do prosseguimento dessa greve à Comissão procurando dividir os trabalhadores e virá-los contra aqueles que eles próprios, em reunião magna nacional, tinham eleito por aclamação, a quem reiteraram posteriormente o seu apoio, a quem encarregaram de executar as suas decisões. Essa incorrecção consiste ainda e sobretudo, em, após uma decisão colectiva e democrática, pretender impôr uma solução diferente apelando para a consciência individual dos trabalhadores e não para uma nova decisão consciente colectiva e democraticamente tomada, se assim o entendessem os trabalhadores.

Optou-se por tentar dividir os trabalhadores em vez de procurar que eles tomassem conscientemente posição. Apelou-se para o seu medo de enfrentar uma decisão firme do governo, apelou-se para a negação da solidariedade entre os trabalhadores, deformou-se a realidade, talvez com o intuito de pôr o resto da população contra os trabalhadores dos CTT, e isso foi lamentável.

Vem o governo afirmar a importância que atribui ao problema e, em consequência, a realização duma reunião de Ministros na segunda-feira 17, já depois do início da greve decretada, para iniciar o estudo da questão em causa. Ignora esta afirmação o longo período de negociações já travadas, o longo período a que duram as tomadas de posições dos trabalhadores dos CTT desde a reunião magna realizada em 5 de Maio, esquece completamente as longas e demo-

radas semanas de conversações infrutíferas em que, ao fim desse tempo, apenas satisfazia um, e que, no aspecto salarial, se aproximava muito mais dos insuficientes salários que recebíamos do que aquilo que agora justamente reivindicamos e tecendo ainda considerações algo demagógicas acerca de percentagens de aumentos concedidos desde o início do ano, mais comprovativos dos baixos salários praticados na empresa, que dos verdadeiros benefícios obtidos.

Após isto, dispôs-se ainda a Comissão a entrar em diálogo, sugerindo às entidades governamentais soluções que eventualmente pudessem ser aceites pelos trabalhadores após discussão e depois disso, de tudo isso a única coisa anunciada não foi a contra-proposta razoável que se pedia, foi o anúncio de que na segunda-feira um conjunto de ministros iria começar a estudar o problema, problema esse que vinha sendo discutido e estudado por departamentos governamentais desde o início.

Os trabalhadores tinham decidido que se lhes não fosse apresentada uma contra-proposta razoável até às 24 horas de domingo 16, entrariam em greve.

A condução desta luta é, como sempre o afirmámos, dirigida democraticamente pelos trabalhadores, e neste momento conduzida pela Comissão Pró-Sindical por decisão destes trabalhadores. Da sua evolução eles saberão decidir; a cada momento eles saberão dar a resposta adequada.

As declarações do governo vêm reforçar a correcção das nossas posições, pois a simples ameaça de greve anterior à sua concretização, e só ela, parece ter desencadeado

reuniões governamentais de âmbito mais largo até agora inexistentes.

Mais uma vez, como em comunicados anteriores, pedimos a compreensão e solidariedade de todos os trabalhadores do país, pois esse apoio poderá contribuir francamente para apressar a resolução desta situação que não procurámos nem provocámos, antes nos foi imposta, ao contrário do que agora aparece afirmado.

COMUNICADO

APELO

Estamos em greve com o objectivo de conseguir melhoria de vida dos trabalhadores dos CTT, melhoria dos serviços; e directamente a greve é em seu benefício, Sr. utente.

Pedimos, por isso, a sua compreensão e solidariedade. A greve será tanto mais curta quanto mais apoiada.

Também contamos consigo.

A hora a que escrevemos, sabemos já serem inúmeras as adesões à greve decidida pelos próprios trabalhadores dos CTT, a ponto de não dispormos de espaço para editar as adesões já anunciadas.

Consideramos, entretanto, importante dar notícia de dois aspectos desta luta:

— Os serviços automáticos não serão paralizados.

— Os serviços humanitários (bombeiros, telegramas de vida ou de morte, etc.) funcionarão normalmente desde que confirmada a natureza do serviço.

UMA TELEVISÃO PARA UM PÚBLICO OU UM PÚBLICO PARA A TELEVISÃO?

AMANTÍSSIMAS ALMAS: O CARDEAL CEREJEIRA AINDA ESTÁ VIVO

O pai sorriu com o renascer da sinistra figura do velho cardeal, com cerejas na cabeça. Foi o melhor que podia ter acontecido à sinistra figura: fazer sorrir.

E mesmo assim, a imagem foi considerado insuportável, irreverente, diz-se que choeram protestos.

Será portanto que se pretende salvar a recordação do velho «Pai», recolhido respeitosamente num palácio de Benfica? Será que o cúmulo do insuportável é vir recordar o que se tinha esperança que fosse mantido definitivamente no esquecimento?

Os agentes da PIDE estão presos e não se pode fazer ironia a propósito do grande companheiro palaciano de Salazar — companheiro de juventude, companheiro de cumplicidade do fascismo durante umas dezenas de anos.

O cardeal Cerejeira foi o principal responsável pela aliança Igreja-Estado Novo, pela existência da Concordata e de todas as suas vítimas, pelo silêncio mole, destruidor e repressivo perante as torturas, as mortes, os exílios, pelo desprezo com que sempre tratou as aspirações mais legítimas de progresso e de liberdade dos cristãos.

Muito e muito mais poderia ser dito. Ficará para outra ocasião. Mas uma coisa é certa; ninguém tem o direito de se sentir ofendido pela cegada em questão!

quem mais têm desmascarado a hipocrisia dos discursos em que, com falsidades espirituais, se tenta iludir o povo; o obscurantismo religioso imposto às populações atrasadas tem sido realmente o «ópio do povo».

Mas não se pode agradecer a todos. A pequena burguesia conservadora não pode gostar daquilo. Simplesmente, os programas não podem ser higienicamente inofensivos para agradarem a toda a gente. Nesse caso são maus. A informação, os meios de expressão têm que escolher ao serviço de que classes se põem.

Estava pois o público a ver divertido a farsa, quando a censura veio e cortou. Crianças que continuamos a ser, temos sempre um Pai que na altura da cena picante nos põe a mão à frente dos olhos: «agora não vês!» Se havia católicos ofendidos, que não olhassem. O que não podem é proibir os outros de ver. A cada um de escolher o que mais lhe agrada Livros, imagens, programas. Mas escolher pelos outros, não! Quem tem o direito?

Disto se aperceberam rapidamente os trabalhadores da TV que tomaram uma atitude enérgica e rápida, denunciando o ocorrido. Por outro lado, apelando para uma assembleia e discutindo em conjunto as medidas a tomar, puseram-se na posição justa. São os trabalhadores da TV em

colectivo quem deve decidir e são eles responsáveis pelos programas, não aceitando censura.

Em atitude de compensação da parte das autoridades, são tomadas certas medidas de saneamento. É assim que saem finalmente da administração e serviços da TV figuras suspeitas e altamente comprometidas com o fascismo. Mas ficamos também a saber que, por exemplo, Dutra Faria continua lá.

Poderoso meio de comunicação, que entra pela casa de cada um nas cidades e nos cantos rurais mais esquecidos, a TV ou é realmente um instrumento corajoso de esclarecimento ou continuará a ser uma forma de ilusão colectiva. Aos trabalhadores da TV de decidirem qual a «verdade» que querem transmitir, qual a classe que querem servir.

«Revolução» solidariza-se com eles nesta sua luta e na sua posição CORAJOSA E COLECTIVA.

AOS TRABALHADORES
EM LUTA DA
RADIOTELEVISÃO
PORTUGUESA

Face ao grave atentado contra a liberdade de informação perpetrado ontem quando os trabalhadores da R.T.P. foram impedidos de prosse-

guir uma informação livre do povo, o Partido Revolucionário do Proletariado-Brigadas Revolucionárias (P.R.P.-B.R.) repudia vivamente a decisão arbitrária e repressiva do delegado da J.S.N. e do Ministro da Comunicação Social, Dr. Raul Rego.

O P.R.P.-B.R. saúda a atitude corajosa que os trabalhadores da R.T.P. tomaram denunciando nas suas emissões este acto de repressão.

Esta medida vem na continuidade duma repressão mais subtil aos meios de informação em geral e, em particular, nas emissões da R.T.P. contra os trabalhadores em luta.

O P.R.P.-B.R. declara-se incondicionalmente solidário com a atitude dos trabalhadores da R.T.P. e com a sua luta, que se inscreve no combate global dos trabalhadores portugueses pelas suas reivindicações imediatas e pela Revolução Socialista.

Saudações Revolucionárias
Partido Revolucionário do
Proletariado
Brigadas Revolucionárias

Lisboa, 11/6/74.

A TELEVISÃO E O PÚBLICO

Estava o público a ver divertido a farsa que a Comuna representava no Mercado de Abril. Tomás vestido à maruja, calção curto, barquinho na mão, a fazer a continência. Marcelo todo sorrisos. E Cerejeira hipócrita e

palavroso. O seu discurso podia ser escrito por um cristão. Porque são exactamente os cristãos progressistas quem mais têm criticado a hierarquia da Igreja e o que ela foi de suporte para o Estado Novo. Porque são eles



Então, bom dia, camaradas:
Esta semana chegamos atrasados, mas chegamos. E aí o vosso amigo João Bala até conseguiu um bocado mais de espaço, muita trago-motivias de última hora: estou mal em greve.
As mulheres quando se metem a teimar são assim. Vocês estavam ao corrente do meu plano de convencer a minha mulher que se não deixásemos fazer greve, levando-a a ver a televisão. Não é somente o que aqueles sr.s dizem, que falam bem, e que a gente a ver a televisão sempre mata um bocado do tempo e a fome.
Mas a coisa virou para o torto no Domingo com a história da Feira da Primavera.

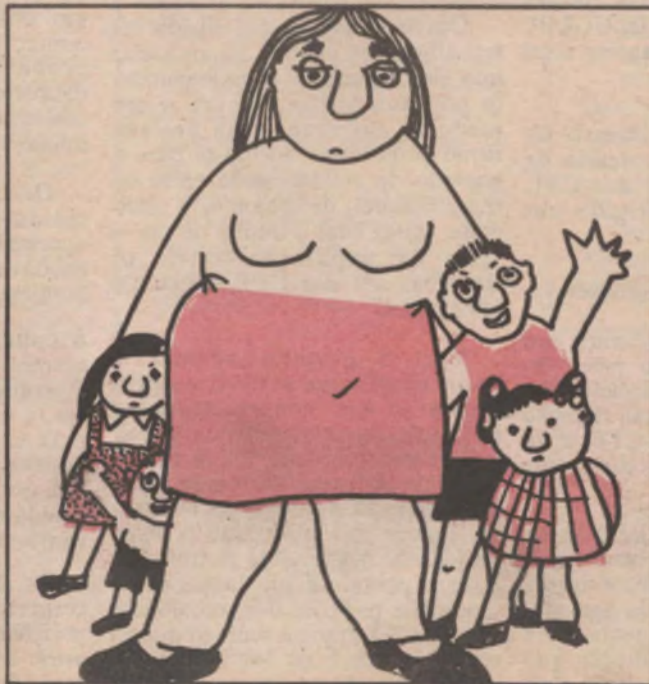


— "Is, João, que esta gente nem ao menos nos deixam ver o ~~telemista~~ fascista disfarçado de marujo."

— "Isto dá que pensar, Maria" — respondi.

Entretanto, a rapaziada lá da TV também não gostou da brincadeira e vai de denunciar o ministro e tudo.

A minha mulher então disse: "Homem! em que ficam, se até estes sr.s bem vestidos da televisão são capazes de lutar?"



Ao outro dia fui para a fábrica disposto a falar com toda a sapiência. O aumento nunca mais chegava. As condições de trabalho estão cada vez piores. O patrão empunha a ~~greve~~ para o ministro e o ministro só sabe falar no caso económico.

"Porra, muita, mas quem tem avançado o caso económico, se não todos estes grandes bandidos capitalistas? Temos que lhes mostrar que não gozamos mais com eles". Então, todos os trabalhadores disseram como um só: "vamos para a greve."

O patrão pode dar um aumento e mesmo assim ainda fica com muitos milhares de cópias de lucros à custa do nosso trabalho.

Agora já falaram em satisfazer algumas reivindicações!

A minha mulher tem-me dito de ver a fábrica, porque eu tenho estado de piquete e diz-me: "aguenta Bala que os tipos não-de ceder!"